

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (CORPORATIVA)

Ata de Registro de Preços nº 13/2024 (Corporativa)

Processo Licitatório Nº 092/2023

Pregão Eletrônico SRPC Nº 038/2023

O MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE - PE, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av.: Padre Zuzinha nº 244/248 – Centro – Santa Cruz do Capibaribe - PE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.091.569/0001-63, através da **SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS**, por meio de seu Secretário, **Sr. Antônio Marcelo Cumaru Pereira**, brasileiro, casado, portador do CPF [REDACTED] e RG [REDACTED] SSP/PE, residente e domiciliado na Rua: [REDACTED] – Bairro Nova Santa Cruz, Santa Cruz do Capibaribe/PE, CEP 5519-4393, no exercício das atribuições conferidas pelo Decreto Municipal nº 04/2022 e nos termos do que dispõe na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Municipal nº 08/2020 e do Decreto Municipal nº 55/2021, com aplicação subsidiária da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e face ao resultado obtido no **Pregão Eletrônico (SRPC) nº 038/2023**, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** ofertados pela empresa vencedora do certame, a empresa **CAPITAL DA CONSTRUÇÃO, COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **19.299.794/0001-64**, situada à Rua: Moacir Albuquerque nº 327 – Galpão 00 A - Imbiribeira – Recife/PE, CEP 51.170-440, com endereço eletrônico: capitaldaconstrucao@hotmail.com neste ato representada por seu sócio/procurador/administrador, **Sr. Urionilo de Santana Junior**, brasileiro, empresário, portador do CPF nº [REDACTED] RG nº [REDACTED] SSP/PE, objetivando futuros contratos de fornecimento dos itens abaixo especificados, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO E DO VALOR

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto da presente Ata é o **Registro de Preços Corporativo de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO** para os órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Município de Santa Cruz do Capibaribe - PE, conforme especificações e quantitativos constantes no **Anexo V** do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - Valor Total: R\$ **277.617,25** (duzentos e setenta e sete mil seiscentos e dezessete reais e vinte e cinco centavos) conforme, tabela descrita abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
15	ANEL DE VEDAÇÃO PARA VASO SANITÁRIO. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	860	KRONA	R\$ 4,60	R\$ 3.956,00
28	BARRA DE FERRO CHATA 1 X 3/16, PEÇA COM 6 METROS. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	510	A.M	R\$ 53,90	R\$ 27.489,00
59	CANTONEIRA EM AÇO CARBONO 1X1/8POL VARA COM 6 METROS DE COMPRIMENTO. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	470	A.M	R\$ 67,40	R\$ 31.678,00
158	MALHA POP PESADA 10X10. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	METROS	350	A.M	R\$ 140,90	R\$ 49.315,00



PREFEITURA
SANTA CRUZ
DO CAPIBARIBE

CENTRAL DE COMPRAS

E LICITAÇÕES

168	MECANISMO DE ENTRADA UNIVERSAL PARA CAIXA ACOPLADA. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	100	POLYUTIL	R\$ 41,69	R\$ 4.169,00
172	METALON GALVANIZADO 30X50 CHAPA 14. COTA PRINCIPAL.	METROS	855	A.M	R\$ 124,40	R\$ 106.362,00
207	REGISTRO HIDRÁULICO DE 25MM. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	150	KRONA	R\$ 5,20	R\$ 780,00
208	REGISTRO HIDRÁULICO DE 50MM. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	55	KRONA	R\$ 19,29	R\$ 1.060,95
266	TUBO METALON, FORMATO QUADRANGULAR, ESPESSURA CHAPA 14/ 1,20 MM, SEÇÃO 20 X 20MM, APLICAÇÃO ESTRUTURAS METÁLICAS EM GERAL. 6 METROS. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	170	A.M	R\$ 62,79	R\$ 10.674,30
267	TUBO METALON, FORMATO QUADRANGULAR, ESPESSURA CHAPA 16/ 1,59 MM, SEÇÃO 30 X 30MM, APLICAÇÃO ESTRUTURAS METÁLICAS EM GERAL. 6 METROS. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	150	A.M	R\$ 108,90	R\$ 16.335,00
268	TUBO METALON, FORMATO QUADRANGULAR, ESPESSURA CHAPA 18, SEÇÃO 40 X 40MM, APLICAÇÃO ESTRUTURAS METÁLICAS EM GERAL. 6 METROS. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	200	A.M	R\$ 128,99	R\$ 25.798,00
VALOR TOTAL					R\$	277.617,25

DOS PRAZOS

CLÁUSULA TERCEIRA - O prazo de vigência do Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de assinatura da Ata de Registro de Preços Corporativa, observado as disposições contidas no art. 10 do Decreto Municipal nº 55/2021, como nas demais normas legais pertinentes.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - O prazo de vigência do(s) Contrato(s) oriundo(s) da Ata de Registro de Preços seguirá(ão) o que dispõe o art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - A Detentora poderá ser convocada para assinar o instrumento de eventual(is) Contrato(s), o que deverá(ão) fazê-lo no prazo máximo de até **05 (cinco) dias consecutivos**, contado a partir da data da convocação oficial, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

CLÁUSULA QUINTA O prazo para entrega do objeto licitado será de até **20 (vinte) dias corridos**, contados da Autorização de Fornecimento ou nota de empenho.

Subcláusula primeira - A Detentora ficará obrigada a trocar o(s) produto(s) que vier(em) a ser rejeitado(s) por não atender(em) à(s) especificação(ões) anexa(s) ao Edital, sem que isto acarrete qualquer ônus à Administração ou importe na relevação das sanções previstas na legislação vigente. O prazo para entrega do(s) novo(s) produto(s) será de até **07 (sete) dias úteis**, contado do recebimento da solicitação de troca.

Subcláusula segunda - O objeto desta Ata de Registro de Preços Corporativa deverá ser entregue pela Detentora, por sua conta, risco e expensas, nas quantidades solicitadas pelo Órgão Gerenciador, no seguinte



PREFEITURA
SANTA CRUZ

CENTRAL DE COMPRAS

endereço: Central de Compras e Abastecimentos, Rua Amadeu da Silva Cordeiro, nº 140, Santo Agostinho, Santa Cruz do Capibaribe - PE, no horário de 07:00h às 13:00h, de segunda à sexta-feira.

GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CORPORATIVA

CLÁUSULA SEXTA - Fica instituída a Secretaria de Serviços Públicos como Órgão Gerenciador, a realização do procedimento licitatório, incluindo toda instrução processual e consolidação de dados para a realização do procedimento licitatório e a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços Corporativo, conforme dispõe o art. 5º c/c art. 22, §3º, do Decreto Municipal nº 55/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - Quando do gerenciamento da Ata de Registro de Preços Corporativa, o Órgão Gerenciador, nos termos do art. 5º do Decreto Municipal nº 55/2021, deverá:

I - Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados, conforme inciso VII, art. 5 do Decreto Municipal nº 55/2021;

II - Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório, conforme inciso VIII, art. 5 do Decreto Municipal nº. 55/2021;

III - Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços Corporativa ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, conforme o inciso IX, art. 5º do Decreto Municipal nº 55/2021;

IV - Autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo previsto no § 6º do art. 20 do Decreto Municipal nº 55/2021, respeitado o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão não participante.

CLÁUSULA OITAVA - O Órgão Gerenciador promoverá as negociações e todos os procedimentos relativos à revisão e ao cancelamento dos preços registrados, obedecendo as disposições do Capítulo VIII do Decreto Municipal nº 55/2021.

DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CORPORATIVA POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

CLÁUSULA NONA - A presente Ata de Registro de Preços Corporativa, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade pública que não tenha participado do certame licitatório, desde que devidamente justificada a vantagem, e mediante anuência do órgão gerenciador, atendidas as condições previstas no Decreto Municipal nº 55/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - O Órgão Não Participante, a que se refere o art. 20 do Decreto Municipal nº 55/2021, somente poderá fazer uso da Ata de Registro de Preços Corporativa, após a anuência do Órgão Gerenciador da Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Quando da formalização do pedido para fazer uso da Ata de Registro de Preços Corporativa, o Órgão Não Participante deverá informar os itens e quantidades a serem adquiridos, enviando documento assinado por autoridade competente do órgão ou entidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços Corporativa, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata,



assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgão(s) participante(s), nos de acordo com o disciplinado no § 2º do art. 20 do Decreto Municipal nº 55/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- As aquisições ou contratações por cada Órgão ou Entidade não Participante:

Subcláusula primeira - As aquisições ou contratações por cada Órgão ou Entidade não Participante e não vinculada a Administração Pública do Município de Santa Cruz do Capibaribe não poderão exceder a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgão(s) Participante(s), em consonância com o disposto no §4º do art. 20 do Decreto Municipal nº 55/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O quantitativo decorrente de todas as adesões a Ata de Registro de Preços Corporativa não excederá, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado, para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de Órgãos Não Participantes que aderirem, nos termos do § 5º do art. 20 do Decreto Municipal nº 55/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão Não Participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços Corporativa, de acordo com o § 6º do art. 20 do Decreto Municipal nº 55/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Compete ao Órgão Não Participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador, conforme estabelecido no § 7º do art. 20 do Decreto Municipal nº 55/2021.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CORPORATIVA

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - A Gestão da Ata de Registro de Preços Corporativa ficará sob a responsabilidade da Secretaria de Serviços Públicos, através de seu Secretário, Antônio Marcelo Cumaru Pereira, portador do CPF: 023.270.204-76, Portaria nº 281/2023.

Subcláusula primeira - A Gestão dos Contratos provenientes da Ata de Registro de Preços Corporativa ficará sob a responsabilidade do ordenador de despesas da unidade contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA -A fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços e dos contratos que dela originarem dar-se-ão de forma setorial pelo fato do objeto ser executado de forma descentralizada, em setores distintos da Administração Pública Municipal:

Subcláusula Primeira - Os fiscais setoriais designados serão:

a) **Secretaria de Serviços Público** - Sr. Lívio Ferreira de Lima Silva, portador do CPF: [REDACTED], Gestor Administrativo - Portaria nº 331/2023;

b) **Secretaria de Governo e Desenvolvimento Social** - Sr. Ailton Ferreira Silva, portador do CPF: [REDACTED], Auxiliar de Apoio a Gestão - Matrícula nº 709602;

c) **Secretaria de Saúde** - Sr. Genival Alexsandro de Lemos Santiago, portador do CPF: [REDACTED]
Secretário Executivo de Administração em Saúde - Portaria nº 190/2023;

d) **Secretaria de Educação** - Sr. José Alan Alison Godoy Cabral, portador do CPF: [REDACTED] Artífice;

Subcláusula Segunda - O fiscal do(s) contrato(s) será(ão) designado(s) pela(s) unidade(s) contratante(s), onde será(ão) mencionados(s) no(s) referido(s) contrato(s), ou instrumento(s) equivalente(s).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Não obstante a empresa Detentora ser a única e exclusiva responsável por toda execução contratual, ao Órgão Gerenciador é reservado o direito de, sem qualquer forma de restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - Caberá ao(s) fiscal(is) da Ata de Registro de Preços Corporativa e do(s) eventual(is) Contrato(s) que dela originar(em):

- a) Responsabilizar-se pela vigilância e garantia da regularidade e adequação do fornecimento;
- b) Conhecer plenamente os termos registrados sob sua fiscalização, principalmente suas cláusulas, assim como as condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações *in concreto* tanto do Órgão Gerenciador quanto da Detentora;
- c) Conhecer e reunir-se com o preposto da Detentora com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do fornecimento;
- d) Exigir da Detentora o fiel cumprimento de todas as condições registradas assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital e respectivos anexos;
- e) Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência do registro e seu efetivo resultado;
- f) Recusar o fornecimento irregular, não aceitando produto diverso daquele que se encontra especificado no Termo de Referência, Anexo V do Edital, desta Ata de Registro de Preços, assim como observar, para o seu correto recebimento;
- g) Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela Detentora;
- h) Comunicar formalmente ao Gestor da Ata de Registro de Preços Corporativa as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a Detentora;
- i) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da Ata de Registro de Preços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - Caberá ao Gestor da Ata de Registro de Preços Corporativa e dos Contratos que dela originarem:

- a) Autorizar a abertura de processo administrativo visando à aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à Detentora/Contratada;



- b) Emitir avaliação da qualidade do fornecimento;
- c) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas registradas nesta Ata de Registro de Preços Corporativa/Contratuais;
- d) Analisar os relatórios e documentos enviados pelo fiscal da Ata de Registro de Preços Corporativa;
- e) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas registradas/contratuais apontadas pelo fiscal;
- f) Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Detentora/Contratada, mediante a observância das exigências registradas/contratuais e legais;
- g) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando para que o valor da Ata de Registro de Preços e Contratos não seja ultrapassado;
- h) Orientar o fiscal da Ata de Registro de Preços/Contrato para a adequada observância das cláusulas registradas/contratuais.

RECEBIMENTO DO OBJETO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - O objeto desta Ata de Registro de Preços deverá ser recebido:

Subcláusula primeira - Provisoriamente, pelo fiscal para efeito de posterior verificação de conformidade do produto com as especificações constante no Termo de Referência;

Subcláusula segunda - Definitivamente, pelo fiscal após a conferência, verificação das especificações, qualidade, quantidade e da conformidade do produto entregue, de acordo com a proposta apresentada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - O recebimento definitivo não exclui as responsabilidades: administrativa, civil e penal da Detentora.

Subcláusula única - O produto deve ser entregue em perfeito estado e com plena condição de uso.

DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - Além das obrigações legais, regulamentares e as demais constantes do instrumento contratual e demais documentos, obriga-se, a licitante adjudicatária a:

- a) A responsabilidade por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e civis, decorrentes da execução do objeto, nos termos do art. 71 da Lei 8.666/93.
- b) Nos termos do art. 70 da Lei 8.666/93, a Detentora/Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto.
- c) Fornecer o(s) produto(s) de acordo com as especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência.



- d) Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento da Ata de Registro de Preços Corporativa e eventuais contratos.
- e) Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos de seu estabelecimento até o local determinado pela solicitante, em perfeita conservação, bem como pelo seu descarregamento
- f) Manter, durante todo período de execução do objeto, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- g) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste, se verificados vícios, defeitos ou incorreções.
- h) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Órgão Gerenciador/Contratante.
- i) Responsabilizar-se pelo custeio toda e qualquer despesa inerente à perfeita execução da Ata de Registro de Preços Corporativa.
- j) Indicar preposto que se responderá perante o Órgão Gerenciador.
- k) Atender prontamente às requisições do Órgão Gerenciador/Contratante no fornecimento do objeto na quantidade e especificações exigidas.
- l) Acatar e facilitar a ação da fiscalização do Contratante, cumprindo as exigências do mesmo.
- m) Indicar pessoa responsável pelo acompanhamento do fornecimento com poderes para dirimir eventuais dúvidas, solucionar questões não previstas no contrato e apresentar soluções práticas para quaisquer problemas envolvendo os produtos contidos neste Termo de Referência.
- n) Não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere a licitação.

DAS OBRIGAÇÕES ÓRGÃO GERENCIADOR

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - Caberá ao Órgão Gerenciador as seguintes obrigações:

- a) Efetuar o pedido em conformidade com a discriminação constante no Termo de Referência, por meio de Autorização de Fornecimento (AF) ou nota de empenho.
- b) Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do fornecimento desejado.
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Órgão Gerenciador com relação ao objeto do Registro de Preços Corporativo.
- d) Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.
- e) Acompanhar a execução desta Ata de Registro de Preços Corporativa.
- f) Comunicar à Detentora as irregularidades observadas na entrega do(s) produto(s), formulando as exigências necessárias às respectivas regularizações.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - O Município de Santa Cruz do Capibaribe efetuará o pagamento das notas fiscais referentes ao fornecimento objeto desta Ata de Registro de Preços em até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data de entrada das mesmas no protocolo de tesouraria, devendo ser apresentadas devidamente atestadas e corretamente preenchidas, sem rasuras.

Subcláusula primeira - O Município verificará as hipóteses de retenção na fonte de encargos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da Detentora no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.

Subcláusula segunda - O Município deduzirá do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Detentora.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - Ocorrendo atraso no pagamento, desde que para tanto a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE ou outro que venha a lhe substituir.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA- Ocorrendo o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo Órgão Gerenciador decorrentes de fornecimento já recebidos, salvo em caso previsto em lei, fica assegurado à Detentora o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

DO REAJUSTE DE PREÇOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - De acordo com os art. 2º, § 1º, e art. 3º, § 1º, da Lei 10.192/01, no prazo inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data da apresentação das propostas, os valores não poderão ser reajustados, assegurados à manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, na forma da alínea "d", inciso II do art. 65 Lei 8666/93, c/c art. 18 do Decreto Municipal nº 55/2021.

Subcláusula Primeira - Na hipótese da possibilidade de reajuste de preços, o índice para reajuste a ser utilizado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE ou outro que venha a lhe substituir.

Subcláusula Segunda - A concessão do reajuste fica condicionada à apresentação de requerimento pela detentora/contratada, isentando a Administração de concedê-lo de ofício.

DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CORPORATIVA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - A Ata de Registro de Preços Corporativa poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, conforme o § 1º do Art. 10 do Decreto Municipal nº 55/2021.

Subcláusula Única - Na hipótese de supressão unilateral, não se aplica o disposto no art. 65, § 1º, II, da mencionada lei, que dispõe sobre o limite de 25%, podendo haver supressões de até 100%, conforme faculdade conferida a administração constante no art. 14 do Decreto Municipal nº 55/2021.



DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93, conforme disciplinado no art. 15 do Decreto Municipal nº 55/2021.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, de acordo com o estabelecido no art.16 do Decreto Municipal nº 55/2021.

Subcláusula Primeira - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, conforme consta no §1º do art.16 do Decreto Municipal nº 55/2021.

Subcláusula Segunda - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original das ofertas, em conformidade com o disposto no §2º do art.16 do Decreto Municipal nº 55/2021.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados por motivo superveniente, o órgão gerenciador poderá: (Art. 17 do Decreto Municipal nº 55/2021).

Subcláusula Primeira - Realizar o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do registro de preços, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução, na forma do disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

Subcláusula Segunda - Em caso do não êxito do restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do registro de preços, liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento ou ordem de serviços, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

Subcláusula Terceira - É facultado à administração, em caso de não êxito do restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do registro de preços, e após liberar o fornecedor do compromisso assumido, convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - Não havendo êxito, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de preços, mediante publicação na imprensa oficial, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa, nos termos do parágrafo único do art. 17 do Decreto Municipal nº 55/2021.

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - O fornecedor terá o seu registro cancelado quando: (Art. 19 do Decreto Municipal nº 55/2021):

I - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços Corporativa;

II - Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;



III - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticado no mercado;

IV - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002; ou

V - Tiver presentes razões de interesse público, desde que devidamente motivada, nos termos do art. 78, inciso XII, da Lei 8.666, de 1993.

Subcláusula primeira -O cancelamento de registro de preços nas hipóteses previstas nos incisos I, II, IV e V deve ser formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Subcláusula segunda -A comunicação do cancelamento de registros nas hipóteses previstas na subcláusula primeira deve ser feita por publicação na imprensa oficial, assegurado o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis.

Subcláusula terceira- O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, desde que comprovada de maneira inequívoca, principalmente por meio de provas documentais, qualquer uma das hipóteses previstas no art. 65, inciso II, alínea d, e § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

Subcláusula quarta- A comunicação do cancelamento do registro de preço, no caso previsto na subcláusula terceira, deverá ser realizada por correspondência com aviso de recebimento ou protocolo, juntando-se comprovante nos autos do registro de preços.

DAS PENALIDADES E SANÇÕES

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - O cometimento de irregularidades sujeitará o particular à aplicação de sanções administrativas, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas atualizações.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - O particular ficará sujeito, assegurado o contraditório e a ampla defesa, às sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, e ao pagamento de multa nos seguintes termos:

I - Advertência;

II - Multa, nos seguintes termos:

a) Pelo atraso no fornecimento, em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do produto não entregue, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do produto;

b) Pela recusa em efetuar o fornecimento, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do produto;

c) Pela demora em substituir o produto rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do produto recusado, por dia decorrido;

d) Pela recusa da Detentora/Contratada em substituir o produto rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição do produto não efetivada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do produto rejeitado;



e) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada neste Edital e não abrangidas as sanções anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

Subcláusula primeira - Impedimento de licitar e contratar com o Poder Executivo do Município e descredenciamento dos sistemas cadastrais de fornecedores do Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

Subcláusula segunda - As multas estabelecidas acima podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

Subcláusula terceira - Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à Contratada as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em Dívida Ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em lei.

Subcláusula quarta - A autoridade municipal competente, em caso de inadimplemento da Detentora/Contratada, deverá cancelar a nota de empenho, sem prejuízo das penalidades relacionadas nos subitens anteriores.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - Ficará sujeito a penalidade prevista no Art. 7º da Lei Federal 10.520/2002, sem prejuízo das multas previstas e nas demais cominações legais, o Detentor que agir em conformidade com as hipóteses a seguir:

- I - Não assinar o contrato;
- II - Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa em lugar de documentação legítima exigida para o certame;
- III - Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- IV - Não manter a proposta;
- V - Falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços Corporativa;
- VI - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - Pelos motivos que se seguem, principalmente, a Detentora estará sujeita às penalidades:

- I - Pelo descumprimento do prazo do fornecimento;
- II - Pela recusa em atender alguma solicitação para correção do fornecimento; e
- III - Pela não execução do fornecimento de acordo com as especificações e prazos estipulados no Edital e seus anexos.

Subcláusula primeira - Além das penalidades citadas, a Detentora ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº8.666/93 e posteriores alterações.

Subcláusula segunda - As previsões acima descritas não excluem a possibilidade de sanções previstas na Lei nº 12.846/2013 entre outras, conforme o caso.

DA VINCULAÇÃO



PREFEITURA
SANTA CRUZ

CENTRAL DE COMPRAS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - As especificações técnicas, obrigações e penalidades constantes no Edital e Termo de Referência do Pregão Eletrônico supramencionado integram esta Ata de Registro de Preços Corporativa, independente de transcrição.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Santa Cruz do Capibaribe/PE, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias.

Santa Cruz do Capibaribe, 31 de janeiro de 2024.

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS

Antônio Marcelo Cumarú Pereira
Órgão Gerenciador

URIONILO DE SANTANA
JUNIOR: [REDACTED]

Assinado de forma digital por
URIONILO DE SANTANA

JUNIOR [REDACTED]

Dados: 2024.02.07 11:30:55 -03'00'

CAPITAL DA CONSTRUÇÃO, COMERCIO E SERVIÇOS LTDA

Urionilo de Santana Junior
Empresa Adjudicada

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (CORPORATIVA)

Ata de Registro de Preços nº 18/2024 (Corporativa)

Processo Licitatório Nº 092/2023

Pregão Eletrônico SRPC Nº 038/2023

O MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE - PE, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av.: Padre Zuzinha nº 244/248 – Centro – Santa Cruz do Capibaribe - PE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.091.569/0001-63, através da **SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS**, por meio de seu Secretário, **Sr. Antônio Marcelo Cumaru Pereira**, brasileiro, casado, portador do CPF [REDACTED] e RG [REDACTED] SSP/PE, residente e domiciliado na Rua: [REDACTED] – Bairro Nova Santa Cruz, Santa Cruz do Capibaribe/PE, CEP 5519-4393, no exercício das atribuições conferidas pelo Decreto Municipal nº 04/2022 e nos termos do que dispõe na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Municipal nº 08/2020 e do Decreto Municipal nº 55/2021, com aplicação subsidiária da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e face ao resultado obtido no **Pregão Eletrônico (SRPC) nº 038/2023**, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** ofertados pela empresa vencedora do certame, a empresa **MIL COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **34.351.431/0001-14**, situada à Rua: Teotônio de Melo Filho nº 216 – Imbura – Recife/PE, CEP 51.220-080, com endereço eletrônico: milmateriais@outlook.com neste ato representada por seu sócio/procurador/administrador, **Sr. Josefa Maria da Silva**, brasileira, empresária, portador do CPF nº [REDACTED] e RG nº [REDACTED] SDS/PE, residente e domiciliado na Rua: [REDACTED] – Ibura – Recife/PE CEP 51.240-040, objetivando futuros contratos de fornecimento dos itens abaixo especificados, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO E DO VALOR

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto da presente Ata é o **Registro de Preços Corporativo de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO** para os órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Município de Santa Cruz do Capibaribe - PE, conforme especificações e quantitativos constantes no **Anexo V** do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - Valor Total: R\$ **46.669,35** (quarenta e seis mil seiscentos e sessenta e nove reais e trinta e cinco centavos) conforme, tabela descrita abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
40	BUCHA FIXAÇÃO, MATERIAL: NYLON, TAMANHO S-10. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	3200	IV PLAST	R\$ 0,17	R\$ 544,00
41	BUCHA FIXAÇÃO, MATERIAL: NYLON, TAMANHO S-6. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	3200	IV PLAST	R\$ 0,10	R\$ 320,00
42	BUCHA FIXAÇÃO, MATERIAL: NYLON, TAMANHO S-8. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	3200	IV PLAST	R\$ 0,09	R\$ 288,00
82	COLA PARA PVC INCOLOR BISNAGA 75G. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	270	PULVITEC	R\$ 5,25	R\$ 1.417,50
94	CURVA DE 25 MM PARA 1/2 - ÁGUA. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	285	KRONA	R\$ 2,31	R\$ 658,35

MIL COMERCIO DE
MATERIAIS DE
CONSTRUCAO
LTDA:34351431000114

Assinado de forma digital por
MIL COMERCIO DE
MATERIAIS DE CONSTRUCAO
LTDA:34351431000114
Dados: 2024.02.07 11:22:37
-03'00"



PREFEITURA
SANTA CRUZ
DO CAPIBARIBE
 vivendo um novo tempo

CENTRAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES

97	DILUENTE 5 LITROS, PRODUTO ESPECIALMENTE DESENVOLVIDO PARA DILUIÇÃO DE SISTEMA À BASE DE RESINA EPÓXI. POSSUI UMA MISTURA ESPECIALMENTE BALANCEADA DE SOLVENTES, VISANDO A GARANTIA DE QUE, APÓS A APLICAÇÃO, O PRODUTO FINAL MANTENHA PRESERVADAS SUAS PROPRIEDADES DE SECAGEM, ACABAMENTO E RESISTÊNCIA DA PELÍCULA. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	LATAS	70	EUCATEX	R\$ 85,00	R\$ 5.950,00
102	ELETRODUTO EM PVC ROSCÁVEL 3/4" COM 3 METROS PRETO. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	500	INUDSPLAST	R\$ 10,50	R\$ 5.250,00
103	ENGATE MANGUEIRA FLEXÍVEL CHICOTE PVC 60MM. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	100	PLASBOHN	R\$ 7,15	R\$ 715,00
105	EXTENSOR TELESCÓPICO CONFECCIONADO COM MATERIAL DE ACRÍLICO, COM PINTURA EPÓXI, DE VÁRIAS CORES, O OBJETO NO MÍNIMO PODE SER ESTENDIDO E CHEGAR ATÉ 03(TRÊS) METROS, PARA ENCAIXAR PERFEITAMENTE NOS DIVERSOS ROLOS PARA PINTURA EM PAREDES E TETO, ONDE NÃO É POSSÍVEL A UTILIZAÇÃO DE ESCADAS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE PINTURAS INDISPENSÁVEIS. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	5	ROMA	R\$ 39,00	R\$ 195,00
114	FUNDO ANTICORROSIVO PARA METAIS FERROSOS - ZARCÃO (GALÃO- 3,60). EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	45	SUIÇA	R\$ 77,00	R\$ 3.465,00
132	LIXA 220 PARA FERRO. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	1025	DIMAX	R\$ 2,00	R\$ 2.050,00
133	LIXA DE FERRO 36. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	855	DIMAX	R\$ 3,00	R\$ 2.565,00
134	LIXA PARA GESSO TAMANHO 150. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	865	DIMAX	R\$ 0,60	R\$ 519,00
135	LIXA PARA GESSO TAMANHO 180. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	955	DIMAX	R\$ 0,80	R\$ 764,00
136	LIXA PARA GESSO TAMANHO 220. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	905	DIMAX	R\$ 1,00	R\$ 905,00
137	LIXA PARA GESSO TAMANHO 50. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	805	DIMAX	R\$ 1,00	R\$ 805,00
138	LIXA, MATERIAL OXIDO ALUMÍNIO, TIPO LIXA FERRO, APRESENTAÇÃO FOLHA, TIPO GRÃO 180, COMPRIMENTO 275MM, LARGURA 225M. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	575	DIMAX	R\$ 2,00	R\$ 1.150,00
139	LIXA, MATERIAL PAPEL, TIPO LIXA MADEIRA, APRESENTAÇÃO FOLHA, TIPO GRÃO 220, COMPRIMENTO 275MM, LARGURA 225MM. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	685	DIMAX	R\$ 0,60	R\$ 411,00
141	LUVA 90° EM PVC ELETRODUTO ROSCÁVEL PESADA 1" PRETA. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	555	COFLEX	R\$ 1,90	R\$ 1.054,50
147	LUVA DE PVC SOLDÁVEL 50MM. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	560	KRONA	R\$ 2,90	R\$ 1.624,00

MIL COMERCIO DE
MATERIAIS DE
CONSTRUCAO
LTDA:34351431000114

Assinado de forma digital por
MIL COMERCIO DE
MATERIAIS DE CONSTRUCAO
LTDA:34351431000114
Dados: 2024.02.07 11:24:40
-03'00"



PREFEITURA
SANTA CRUZ
do CAPIBARIBE
Avendo um novo tempo

CENTRAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES

148	LUVA DE PVC SOLDÁVEL 75MM. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	270	KRONA	R\$ 15,00	R\$ 4.050,00
165	MASSA ADESIVA EPÓXI 100G. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	105	PULVITEC	R\$ 11,00	R\$ 1.155,00
169	MECANISMO DE SAÍDA UNIVERSAL PARA CAIXA ACOPLADA. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	100	EGAPLAST	R\$ 42,80	R\$ 4.280,00
209	REJUNTE - COR CINZA BRANCO - REJUNTE FLEXÍVEL A BASE DE CIMENTO PORTLAND, CLASSE AR-II (NBR 14992), PARA AZULEJO. COR BRANCA. ACONDICIONADO EM SACO DE 1KG. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	SACOS	2420	REI	R\$ 2,70	R\$ 6.534,00
					VALOR TOTAL	R\$ 46.669,35

DOS PRAZOS

CLÁUSULA TERCEIRA - O prazo de vigência do Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de assinatura da Ata de Registro de Preços Corporativa, observado as disposições contidas no art. 10 do Decreto Municipal nº 55/2021, como nas demais normas legais pertinentes.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - O prazo de vigência do(s) Contrato(s) oriundo(s) da Ata de Registro de Preços seguirá(ão) o que dispõe o art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - A Detentora poderá ser convocada para assinar o instrumento de eventual(is) Contrato(s), o que deverá(ão) fazê-lo no prazo máximo de até **05 (cinco) dias consecutivos**, contado a partir da data da convocação oficial, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

CLÁUSULA QUINTA O prazo para entrega do objeto licitado será de até **20 (vinte) dias corridos**, contados da Autorização de Fornecimento ou nota de empenho.

Subcláusula primeira - A Detentora ficará obrigada a trocar o(s) produto(s) que vier(em) a ser rejeitado(s) por não atender(em) à(s) especificação(ões) anexa(s) ao Edital, sem que isto acarrete qualquer ônus à Administração ou importe na relevação das sanções previstas na legislação vigente. O prazo para entrega do(s) novo(s) produto(s) será de até **07 (sete) dias úteis**, contado do recebimento da solicitação de troca.

Subcláusula segunda - O objeto desta Ata de Registro de Preços Corporativa deverá ser entregue pela Detentora, por sua conta, risco e expensas, nas quantidades solicitadas pelo Órgão Gerenciador, no seguinte endereço: Central de Compras e Abastecimentos, Rua Artur da Silva Correia nº 44, Bairro Santo Agostinho, Santa Cruz do Capibaribe - PE, no horário de 07:00h às 13:00h, de segunda à sexta-feira.

GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CORPORATIVA

CLÁUSULA SEXTA - Fica instituída a Secretaria de Serviços Públicos como Órgão Gerenciador, a realização do procedimento licitatório, incluindo toda instrução processual e consolidação de dados para a realização do procedimento licitatório e a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços Corporativo, conforme dispõe o art. 5º c/c art. 22, §3º, do Decreto Municipal nº 55/2021.

MIL COMERCIO DE
MATERIAIS DE
CONSTRUCAO
LTDA:343514310001
14
Assinado de forma digital por
MIL COMERCIO DE
MATERIAIS DE CONSTRUCAO
LTDA:34351431000114
Dados: 2024.02.07 11:24:51
-03'00'

CLÁUSULA SÉTIMA - Quando do gerenciamento da Ata de Registro de Preços Corporativa, o Órgão Gerenciador, nos termos do art. 5º do Decreto Municipal nº 55/2021, deverá:

I - Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados, conforme inciso VII, art. 5 do Decreto Municipal nº 55/2021;

II - Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório, conforme inciso VIII, art. 5 do Decreto Municipal nº. 55/2021;

III - Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços Corporativa ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, conforme o inciso IX, art. 5º do Decreto Municipal nº 55/2021;

IV - Autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo previsto no § 6º do art. 20 do Decreto Municipal nº 55/2021, respeitado o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão não participante.

CLÁUSULA OITAVA - O Órgão Gerenciador promoverá as negociações e todos os procedimentos relativos à revisão e ao cancelamento dos preços registrados, obedecendo as disposições do Capítulo VIII do Decreto Municipal nº 55/2021.

DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CORPORATIVA POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

CLÁUSULA NONA - A presente Ata de Registro de Preços Corporativa, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade pública que não tenha participado do certame licitatório, desde que devidamente justificada a vantagem, e mediante anuência do órgão gerenciador, atendidas as condições previstas no Decreto Municipal nº 55/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - O Órgão Não Participante, a que se refere o art. 20 do Decreto Municipal nº 55/2021, somente poderá fazer uso da Ata de Registro de Preços Corporativa, após a anuência do Órgão Gerenciador da Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Quando da formalização do pedido para fazer uso da Ata de Registro de Preços Corporativa, o Órgão Não Participante deverá informar os itens e quantidades a serem adquiridos, enviando documento assinado por autoridade competente do órgão ou entidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços Corporativa, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgão(s) participante(s), nos de acordo com o disciplinado no § 2º do art. 20 do Decreto Municipal nº 55/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- As aquisições ou contratações por cada Órgão ou Entidade não Participante:

Subcláusula primeira - As aquisições ou contratações por cada Órgão ou Entidade não Participante e não vinculada a Administração Pública do Município de Santa Cruz do Capibaribe não poderão exceder a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro

MIL COMERCIO DE
MATERIAIS DE
CONSTRUCAO
LTDA:34351431000
114
Assinado de forma digital
por MIL COMERCIO DE
MATERIAIS DE
CONSTRUCAO
LTDA:34351431000114
Dados: 2024.02.07
11:25:05 -03'00'



de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgão(s) Participante(s), em conformidade com o disposto no §4º do art. 20 do Decreto Municipal nº 55/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O quantitativo decorrente de todas as adesões a Ata de Registro de Preços Corporativa não excederá, na totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado, para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de Órgãos Não Participantes que aderirem, nos termos do § 5º do art. 20 do Decreto Municipal nº 55/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão Não Participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços Corporativa, de acordo com o § 6º do art. 20 do Decreto Municipal nº 55/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Compete ao Órgão Não Participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador, conforme estabelecido no § 7º do art. 20 do Decreto Municipal nº 55/2021.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CORPORATIVA

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - A Gestão da Ata de Registro de Preços Corporativa ficará sob a responsabilidade da Secretaria de Serviços Públicos, através de seu Secretário, Antônio Marcelo Cumaru Pereira, portador do CPF [REDACTED], Portaria nº 281/2023.

Subcláusula primeira - A Gestão dos Contratos provenientes da Ata de Registro de Preços Corporativa ficará sob a responsabilidade do ordenador de despesas da unidade contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - A fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços e dos contratos que dela originarem dar-se-ão de forma setorial pelo fato do objeto ser executado de forma descentralizada, em setores distintos da Administração Pública Municipal:

Subcláusula Primeira - Os fiscais setoriais designados serão:

- a) **Secretaria de Serviços Público** - Sr. Lívio Ferreira de Lima Silva, portador do CPF: [REDACTED]
Gestor Administrativo - Portaria nº 331/2023;
- b) **Secretaria de Governo e Desenvolvimento Social** - Sr. Ailton Ferreira Silva, portador do CPF: [REDACTED]
Auxiliar de Apoio a Gestão - Matrícula nº 709602;
- c) **Secretaria de Saúde** - Sr. Genival Alexsandro de Lemos Santiago, portador do CPF: [REDACTED]
Secretário Executivo de Administração em Saúde - Portaria nº 190/2023;
- d) **Secretaria de Educação** - Sr. José Alan Alison Godoy Cabral, portador do CPF: [REDACTED], Artífice;

Subcláusula Segunda - O fiscal do(s) contrato(s) será(ão) designado(s) pela(s) unidade(s) contratante(s), onde será(ão) mencionados(s) no(s) referido(s) contrato(s), ou instrumento(s) equivalente(s).



CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Não obstante a empresa Detentora ser a única responsável por toda execução contratual, ao Órgão Gerenciador é reservado o direito de, sem qualquer forma de restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - Caberá ao(s) fiscal(is) da Ata de Registro de Preços Corporativa e do(s) eventual(is) Contrato(s) que dela originar(em):

- a) Responsabilizar-se pela vigilância e garantia da regularidade e adequação do fornecimento;
- b) Conhecer plenamente os termos registrados sob sua fiscalização, principalmente suas cláusulas, assim como as condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações *in concreto* tanto do Órgão Gerenciador quanto da Detentora;
- c) Conhecer e reunir-se com o preposto da Detentora com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do fornecimento;
- d) Exigir da Detentora o fiel cumprimento de todas as condições registradas assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital e respectivos anexos;
- e) Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência do registro e seu efetivo resultado;
- f) Recusar o fornecimento irregular, não aceitando produto diverso daquele que se encontra especificado no Termo de Referência, Anexo V do Edital, desta Ata de Registro de Preços, assim como observar, para o seu correto recebimento;
- g) Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela Detentora;
- h) Comunicar formalmente ao Gestor da Ata de Registro de Preços Corporativa as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a Detentora;
- i) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da Ata de Registro de Preços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - Caberá ao Gestor da Ata de Registro de Preços Corporativa e dos Contratos que dela originarem:

- a) Autorizar a abertura de processo administrativo visando à aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à Detentora/Contratada;
- b) Emitir avaliação da qualidade do fornecimento;
- c) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas registradas nesta Ata de Registro de Preços Corporativa/Contratuais;
- d) Analisar os relatórios e documentos enviados pelo fiscal da Ata de Registro de Preços Corporativa;
- e) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas registradas/contratuais apontadas pelo fiscal;

MIL COMERCIO DE
MATERIAIS DE
CONSTRUCAO
LTDA:343514310001
14

Assinado de forma digital por
MIL COMERCIO DE
MATERIAIS DE CONSTRUCAO
LTDA:34351431000114
Dados: 2024.02.07 11:25:30
-03'00"

- f) Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Detentora/Contratada, observância das exigências registradas/contratuais e legais;
- g) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando para que o valor da Ata de Registro de Preços e Contratos não seja ultrapassado;
- h) Orientar o fiscal da Ata de Registro de Preços/Contrato para a adequada observância das cláusulas registradas/contratuais.

RECEBIMENTO DO OBJETO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - O objeto desta Ata de Registro de Preços deverá ser recebido:

Subcláusula primeira - Provisoriamente, pelo fiscal para efeito de posterior verificação de conformidade do produto com as especificações constante no Termo de Referência;

Subcláusula segunda - Definitivamente, pelo fiscal após a conferência, verificação das especificações, qualidade, quantidade e da conformidade do produto entregue, de acordo com a proposta apresentada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - O recebimento definitivo não exclui as responsabilidades: administrativa, civil e penal da Detentora.

Subcláusula única - O produto deve ser entregue em perfeito estado e com plena condição de uso.

DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - Além das obrigações legais, regulamentares e as demais constantes do instrumento contratual e demais documentos, obriga-se, a licitante adjudicatária a:

- a) A responsabilidade por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e civis, decorrentes da execução do objeto, nos termos do art. 71 da Lei 8.666/93.
- b) Nos termos do art. 70 da Lei 8.666/93, a Detentora/Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto.
- c) Fornecer o(s) produto(s) de acordo com as especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência.
- d) Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento da Ata de Registro de Preços Corporativa e eventuais contratos.
- e) Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos de seu estabelecimento até o local determinado pela solicitante, em perfeita conservação, bem como pelo seu descarregamento

- f) Manter, durante todo período de execução do objeto, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- g) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste, se verificados vícios, defeitos ou incorreções.
- h) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Órgão Gerenciador/Contratante.
- i) Responsabilizar-se pelo custeio toda e qualquer despesa inerente à perfeita execução da Ata de Registro de Preços Corporativa.
- j) Indicar preposto que se responderá perante o Órgão Gerenciador.
- k) Atender prontamente às requisições do Órgão Gerenciador/Contratante no fornecimento do objeto na quantidade e especificações exigidas.
- l) Acatar e facilitar a ação da fiscalização do Contratante, cumprindo as exigências do mesmo.
- m) Indicar pessoa responsável pelo acompanhamento do fornecimento com poderes para dirimir eventuais dúvidas, solucionar questões não previstas no contrato e apresentar soluções práticas para quaisquer problemas envolvendo os produtos contidos neste Termo de Referência.
- n) Não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere a licitação.

DAS OBRIGAÇÕES ÓRGÃO GERENCIADOR

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - Caberá ao Órgão Gerenciador as seguintes obrigações:

- a) Efetuar o pedido em conformidade com a discriminação constante no Termo de Referência, por meio de Autorização de Fornecimento (AF) ou nota de empenho.
- b) Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do fornecimento desejado.
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Órgão Gerenciador com relação ao objeto do Registro de Preços Corporativo.
- d) Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.
- e) Acompanhar a execução desta Ata de Registro de Preços Corporativa.
- f) Comunicar à Detentora as irregularidades observadas na entrega do(s) produto(s), formulando as exigências necessárias às respectivas regularizações.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - O Município de Santa Cruz do Capibaribe efetuará o pagamento das notas fiscais referentes ao fornecimento objeto desta Ata de Registro de Preços em até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data de entrada das mesmas no protocolo de tesouraria, devendo ser apresentadas devidamente atestadas e corretamente preenchidas, sem rasuras.



Subcláusula primeira - O Município verificará as hipóteses de retenção na fonte de impostos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da Detentora no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.

Subcláusula segunda - O Município deduzirá do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Detentora.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - Ocorrendo atraso no pagamento, desde que para tanto a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE ou outro que venha a lhe substituir.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA- Ocorrendo o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo Órgão Gerenciador decorrentes de fornecimento já recebidos, salvo em caso previsto em lei, fica assegurado à Detentora o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

DO REAJUSTE DE PREÇOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - De acordo com os art. 2º, § 1º, e art. 3º, § 1º, da Lei 10.192/01, no prazo inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data da apresentação das propostas, os valores não poderão ser reajustados, assegurados à manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, na forma da alínea "d", inciso II do art. 65 Lei 8666/93, c/c art. 18 do Decreto Municipal nº 55/2021.

Subcláusula Primeira - Na hipótese da possibilidade de reajuste de preços, o índice para reajuste a ser utilizado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE ou outro que venha a lhe substituir.

Subcláusula Segunda - A concessão do reajuste fica condicionada à apresentação de requerimento pela detentora/contratada, isentando a Administração de concedê-lo de ofício.

DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CORPORATIVA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - A Ata de Registro de Preços Corporativa poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, conforme o § 1º do Art. 10 do Decreto Municipal nº 55/2021.

Subcláusula Única - Na hipótese de supressão unilateral, não se aplica o disposto no art. 65, § 1º, II, da mencionada lei, que dispõe sobre o limite de 25%, podendo haver supressões de até 100%, conforme faculdade conferida a administração constante no art. 14 do Decreto Municipal nº 55/2021.

DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93, conforme disciplinado no art. 15 do Decreto Municipal nº 55/2021.



CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - Quando o preço registrado tornar-se inferior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, de acordo com o estabelecido no art.16 do Decreto Municipal nº 55/2021.

Subcláusula Primeira - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, conforme consta no §1º do art.16 do Decreto Municipal nº 55/2021.

Subcláusula Segunda - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original das ofertas, em conformidade com o disposto no §2º do art.16 do Decreto Municipal nº 55/2021.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados por motivo superveniente, o órgão gerenciador poderá: (Art. 17 do Decreto Municipal nº 55/2021).

Subcláusula Primeira - Realizar o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do registro de preços, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução, na forma do disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

Subcláusula Segunda - Em caso de não êxito do restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do registro de preços, liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento ou ordem de serviços, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

Subcláusula Terceira - É facultado à administração, em caso de não êxito do restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do registro de preços, e após liberar o fornecedor do compromisso assumido, convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - Não havendo êxito, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de preços, mediante publicação na imprensa oficial, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa, nos termos do parágrafo único do art. 17 do Decreto Municipal nº 55/2021.

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - O fornecedor terá o seu registro cancelado quando: (Art. 19 do Decreto Municipal nº 55/2021):

- I - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços Corporativa;
- II - Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticado no mercado;
- IV - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002; ou



PREFEITURA
SANTA CRUZ

CENTRAL DE COMPRAS

V - Tiver presentes razões de interesse público, desde que devidamente motivada, nos termos do art. 78, inciso XII, da Lei 8.666, de 1993.

Subcláusula primeira -O cancelamento de registro de preços nas hipóteses previstas nos incisos I, II, IV e V deve ser formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Subcláusula segunda -A comunicação do cancelamento de registros nas hipóteses previstas na subcláusula primeira deve ser feita por publicação na imprensa oficial, assegurado o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis.

Subcláusula terceira- O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, desde que comprovada de maneira inequívoca, principalmente por meio de provas documentais, qualquer uma das hipóteses previstas no art. 65, inciso II, alínea d, e § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

Subcláusula quarta- A comunicação do cancelamento do registro de preço, no caso previsto na subcláusula terceira, deverá ser realizada por correspondência com aviso de recebimento ou protocolo, juntando-se comprovante nos autos do registro de preços.

DAS PENALIDADES E SANÇÕES

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - O cometimento de irregularidades sujeitará o particular à aplicação de sanções administrativas, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas atualizações.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - O particular ficará sujeito, assegurado o contraditório e a ampla defesa, às sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, e ao pagamento de multa nos seguintes termos:

I - Advertência;

II - Multa, nos seguintes termos:

- Pelo atraso no fornecimento, em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do produto não entregue, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do produto;
- Pela recusa em efetuar o fornecimento, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do produto;
- Pela demora em substituir o produto rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do produto recusado, por dia decorrido;
- Pela recusa da Detentora/Contratada em substituir o produto rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição do produto não efetivada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do produto rejeitado;
- Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada neste e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

Subcláusula primeira - Impedimento de licitar e contratar com o Poder Executivo do Município e descredenciamento dos sistemas cadastrais de fornecedores do Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

MIL COMERCIO DE
MATERIAIS DE
CONSTRUCAO
LTDA:3435143100011
4
Assinado de forma digital por
MIL COMERCIO DE
MATERIAIS DE CONSTRUCAO
LTDA:34351431000114
Dados: 2024.02.07 11:26:33
-03'00'



Subcláusula segunda - As multas estabelecidas acima podem ser aplicadas cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

Subcláusula terceira - Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à Contratada as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em Dívida Ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em lei.

Subcláusula quarta - A autoridade municipal competente, em caso de inadimplemento da Detentora/Contratada, deverá cancelar a nota de empenho, sem prejuízo das penalidades relacionadas nos subitens anteriores.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - Ficará sujeito a penalidade prevista no Art. 7º da Lei Federal 10.520/2002, sem prejuízo das multas previstas e nas demais cominações legais, o Detentor que agir em conformidade com as hipóteses a seguir:

- I - Não assinar o contrato;
- II - Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa em lugar de documentação legítima exigida para o certame;
- III - Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- IV - Não mantiver a proposta;
- V - Falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços Corporativa;
- VI - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - Pelos motivos que se seguem, principalmente, a Detentora estará sujeita às penalidades:

- I - Pelo descumprimento do prazo do fornecimento;
- II - Pela recusa em atender alguma solicitação para correção do fornecimento; e
- III - Pela não execução do fornecimento de acordo com as especificações e prazos estipulados no Edital e seus anexos.

Subcláusula primeira - Além das penalidades citadas, a Detentora ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº8.666/93 e posteriores alterações.

Subcláusula segunda - As previsões acima descritas não excluem a possibilidade de sanções previstas na Lei nº 12.846/2013 entre outras, conforme o caso.

DA VINCULAÇÃO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - As especificações técnicas, obrigações e penalidades constantes no Edital e Termo de Referência do Pregão Eletrônico supramencionado integram esta Ata de Registro de Preços Corporativa, independente de transcrição.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS



PREFEITURA
SANTA CRUZ
DO CAPIBARIBE

CENTRAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Santa Cruz do Capibaribe/PE, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias.

Santa Cruz do Capibaribe, 31 de janeiro de 2024.

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
Antônio Marcelo Cumarú Pereira
Órgão Gerenciador

MIL COMERCIO DE
MATERIAIS DE CONSTRUCAO
LTDA:34351431000114

Assinado de forma digital por MIL
COMERCIO DE MATERIAIS DE
CONSTRUCAO LTDA:34351431000114
Dados: 2024.02.07 11:26:56 -03'00'

MIL COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Josefa Maria da Silva
Empresa Adjudicada

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS (CORPORATIVA)

Ata de Registro de Preços nº 19/2024 (Corporativa)

Processo Licitatório Nº 092/2023

Pregão Eletrônico SRPC Nº 038/2023

O MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE - PE, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede na Av.: Padre Zuzinha nº 244/248 – Centro – Santa Cruz do Capibaribe - PE, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 10.091.569/0001-63, através da **SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS**, por meio de seu Secretário, **Sr. Antônio Marcelo Cumaru Pereira**, brasileiro, casado, portador do CPF [REDACTED] e RG [REDACTED] SSP/PE, residente e domiciliado na Rua: [REDACTED] – Bairro Nova Santa Cruz, Santa Cruz do Capibaribe/PE, CEP 5519-4393, no exercício das atribuições conferidas pelo Decreto Municipal nº 04/2022 e nos termos do que dispõe na Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto Municipal nº 08/2020 e do Decreto Municipal nº 55/2021, com aplicação subsidiária da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e face ao resultado obtido no **Pregão Eletrônico (SRPC) nº 038/2023**, resolve **REGISTRAR OS PREÇOS** ofertados pela empresa vencedora do certame, a empresa **PRYME COMERCIO & SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº **51.073.981/0001-38**, situada à Rua: Ursa Maior nº 11 – Centro – Paulista/PE, CEP 53.401-420, com endereço eletrônico: prymecomercioeservicos@outlook.com neste ato representada por seu sócio/procurador/administrador, **Sr. Izabel Carmelita Soares Vicente de Oliveira da Costa**, brasileira, empresária, portador do CPF nº [REDACTED] e RG nº [REDACTED] SDS/PE, residente e domiciliada à Rua: [REDACTED] – Vila Torres Galvão - Paulista/PE. CEP 53.403-360, objetivando futuros contratos de fornecimento dos itens abaixo especificados, mediante as seguintes cláusulas e condições:

DO OBJETO E DO VALOR

CLÁUSULA PRIMEIRA - O objeto da presente Ata é o **Registro de Preços Corporativo de MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO** para os órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo do Município de Santa Cruz do Capibaribe - PE, conforme especificações e quantitativos constantes no **Anexo V** do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - Valor Total: R\$ **916.725,98** (novecentos e dezesseis mil setecentos e vinte e cinco reais e noventa e oito centavos) conforme, tabela descrita abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ABRAÇADEIRA DE AÇO TIPO U PARA ELETRODUTO 2 POLEGADAS ZINCADO. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	950	OLIVIO	R\$ 2,00	R\$ 1.900,00
2	ABRAÇADEIRA DE NYLON (ENFORCADO) DE 108 X 2,5MM, PACOTE COM 100 UNIDADES. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	PACOTES	220	OLIVIO	R\$ 2,69	R\$ 591,80
3	ABRAÇADEIRA DE NYLON (ENFORCADO) DE 151 X 3,65MM, PACOTE COM 100 UNIDADES. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	PACOTES	210	OLIVIO	R\$ 9,60	R\$ 2.016,00



PREFEITURA
SANTA CRUZ
DO CAPIBARIBE
Vivendo um novo tempo

CENTRAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES

4	ABRACADEIRA DE NYLON PARA AMARRAÇÃO, MEDIDAS 250 MM X 3,6 MM FLAMABILIDADE: AUTOEXTINGUÍVEL UL94V-2, TEMPERATURA DE TRABALHO: DE - 20°C A 80°C (PICO 150°C), COR BRANCA, PACOTE COM 100 UNIDADES. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	PACOTES	42	OLIVIO	R\$ 13,82	R\$ 580,44
5	ABRACADEIRA TIPO U 1/2 COM BUCHA 6MM PARAFUSO 3,5 X 40MM. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	540	OLIVIO	R\$ 0,78	R\$ 421,20
6	ABRACADEIRA TIPO U 3/4" POL, C/PARAFUSOS E BUCHAS. INDICADO PARA FIXAÇÃO DE TUBOS APARENTES. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	610	OLIVIO	R\$ 2,90	R\$ 1.769,00
10	ADAPTADOR COM FLANGE PVC MARROM 32 MM COM ANEL. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	30	PLASTUBO	R\$ 5,40	R\$ 162,00
11	ADAPTADOR FLANGE 50MM X 1 1/2 MARROM. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	265	PLASTUBO	R\$ 7,16	R\$ 1.897,40
12	ADESIVO INSTANTÂNEO (COLA LÍQUIDA SECAGEM RÁPIDA) EMBALAGEM 100G. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	80	3M	R\$ 21,00	R\$ 1.680,00
13	ADESIVO PLÁSTICO PARA PVC FRASCO 175GR COM PINCEL APLICADOR. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	100	AMANCO	R\$ 8,50	R\$ 850,00
14	ADESIVO SILICONE TRANSPARENTE, TB C/ 280G CARACTERÍSTICAS: SELANTE À BASE DE SILICONE DE CURA ACÉTICA, ANTIFUNGO; VULCANIZA EM TEMPERATURA AMBIENTE; FORMA PELÍCULA ENTRE 10 E 20 MINUTOS E TEM UMA PRÉ-SECAGEM EM 24 HORAS; INDICADO PARA VEDAR SUPERFÍCIES VITRIFICADAS, ALUMÍNIO, VIDROS COMUNS E TEMPERADOS, AZULEJO E LOUÇAS SANITÁRIAS; RESISTE À TEMPERATURA ATÉ 150 C. EMBALAGEM: TUBO COM 280 GR. REFERÊNCIA: TEK BOND (OU SIMILAR OU SUPERIOR). PRAZO DE VALIDADE NO ATO DA ENTREGA: MÍNIMO DE 80% DA VIDA ÚTIL. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	170	3M	R\$ 11,10	R\$ 1.887,00
20	ARGAMASSA INDUSTRIALIZADA PRONTA PARA REBOCO COM AS SEGUINTEES ESPECIFICAÇÕES: INDICADA PARA REVESTIMENTO DE PAREDES E TETOS INTERNOS; CARACTERIZAÇÃO DO PRODUTO: COMPOSIÇÃO: CAL E AGREGADOS; COR: BRANCA; CLASSIFICAÇÃO DE ACORDO COM A NBR 13.281/2005 D4, U3; ACONDICIONADA EM SACO CONTENDO 20KG. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	PACOTES	950	GLOBO	R\$ 16,90	R\$ 16.055,00

Assinado por 1 pessoa: ANTONIO MARCELO CUMARU PEREIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://santacruzdocapibaribe.1doc.com.br/verificacao/D383-311B-50F2-45ED> e informe o código D383-311B-50F2-45ED



PREFEITURA
SANTA CRUZ
DO CAPIBARIBE

CENTRAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES

21	ARGAMASSA PARA INTERIOR - PACOTE COM 20 KG. AC-2. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	PACOTES	560	GLOBO	R\$ 17,90	R\$ 10.024,00
22	ASSENTO VASO SANITÁRIO, MATERIAL PLÁSTICO, COR BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS COM TAMPA. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	500	ATLAS	R\$ 22,40	R\$ 11.200,00
23	BACIA SANITÁRIA CONVENCIONAL COM CAIXA ACOPLADA COMPLETA COM ASSENTO, ACIONADOR, ACESSÓRIOS PARA INSTALAÇÃO INCLUINDO ANEL DE VEDAÇÃO. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	150	LUSART	R\$ 299,90	R\$ 44.985,00
24	BANDEJA PARA PRODUÇÃO DE MUDAS BANDEJAS PARA MUDAS EM EPS (POLIESTIRENO EXPANDIDO - CONHECIDO POPULARMENTE COMO ISOPOR) NÚMEROS DE CÉLULAS: 128 MEDIDAS EXTERNAS: COMPRIMENTO (MM): 673; LARGURA (MM): 344; ALTURA (MM): 62 MEDIDAS DAS CÉLULAS: SUPERIOR (MM): 35 X 35; INFERIOR (MM): 9 X 9; ALTURA (MM): 62. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	300	PLASTUBO	R\$ 4,40	R\$ 1.320,00
32	BETONEIRA 400L 2CV 4 POLOS MONOFÁSICA 220V COM KIT DE SEGURANÇA. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	1	BELGO	R\$ 5.267,40	R\$ 5.267,40
43	BUCHA FROG PARA GESSO N2 10MM. 100 PEÇAS. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	PACOTES	20	PLASTUBO	R\$ 33,90	R\$ 678,00
44	BUCHA FROG PARA GESSO N2 8MM. 100 PEÇAS. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	PACOTES	20	PLASTUBO	R\$ 20,80	R\$ 416,00
51	CAIXA DE ÁGUA DE POLIETILENO COM TAMPA 20.000 LITROS. COTA RESERVADA.	UNIDADES	2	MULTILIT	R\$ 12.098,90	R\$ 24.197,80
54	CAIXA PLÁSTICA HORTIFRUTI VAZADA DE 45 LITROS MEDIDAS APROXIMADAS: (23CM X 59,5 CM X E 42CM X 26CM X 16CM. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	130	ATLAS	R\$ 49,90	R\$ 6.487,00
57	CAL VIVA, MATERIAL ÓXIDO CÁLCIO, COR BRANCA, APRESENTAÇÃO PÓ, APLICAÇÃO EM CONSTRUÇÃO EM GERAL. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	QUILOGRAMAS	1850	CARIRI	R\$ 5,90	R\$ 10.915,00
58	CANAleta, MATERIAL PVC-CLORETO DE POLIVINILA, TIPO COM TAMPA, COR BRANCA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM DIVISÓRIA/ COM ADESIVO DUPLA FACE, APLICAÇÃO INSTALAÇÃO ELÉTRICA, DIMENSÕES COM NO MÍNIMO 40 X 15 X 2000 MM. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	150	PLASTUBO	R\$ 23,70	R\$ 3.555,00
60	CANTONEIRA EM AÇO CARBONO 1X3/16POL VARA COM 6 METROS DE COMPRIMENTO. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	325	BELGO	R\$ 89,90	R\$ 29.217,50

Assinado por 1 pessoa: ANTONIO MARCELO CUMARU PEREIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://santacruzdocapibaribe.1doc.com.br/verificacao/D383-311B-50F2-45ED>



PREFEITURA
SANTA CRUZ
DO CAPIBARIBE
Vivendo um novo tempo

CENTRAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES

61	CANTONEIRA EM AÇO CARBONO SAE 1020, TIPO ABAS IGUAIS, LARGURA ABAS IGUAIS 5/8', ESPESSURA 1/8', COM 6 METROS DE COMPRIMENTO. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	285	BELGO	R\$ 30,20	R\$ 8.607,00
62	CANTONEIRA EM AÇO CARBONO, LARGURA ABAS IGUAIS 3/4', ESPESSURA 1/8', COMPRIMENTO 6METROS. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	285	BELGO	R\$ 41,00	R\$ 11.685,00
63	CANTONEIRA EMAÇO CARBONO, LARGURA ABAS IGUAIS 7/8', ESPESSURA 1/8', COM 6 METROS DE COMPRIMENTO. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	285	BELGO	R\$ 51,00	R\$ 14.535,00
64	CAP DE PVC ESGOTO 100 MM. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	340	PLASTUBO	R\$ 3,60	R\$ 1.224,00
65	CAP DE PVC ESGOTO 50 MM. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	320	PLASTUBO	R\$ 2,38	R\$ 761,60
66	CAP DE PVC ESGOTO 75 MM. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	70	PLASTUBO	R\$ 3,60	R\$ 252,00
67	CAP SOLDÁVEL PVC 20MM. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	310	PLASTUBO	R\$ 0,40	R\$ 124,00
68	CAP SOLDÁVEL PVC 25MM. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	360	PLASTUBO	R\$ 0,30	R\$ 108,00
69	CAP SOLDÁVEL PVC 32MM. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	210	PLASTUBO	R\$ 0,80	R\$ 168,00
70	CAP SOLDÁVEL PVC 50MM. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	310	PLASTUBO	R\$ 3,40	R\$ 1.054,00
72	CHAPA DE AÇO CARBONO Nº 14 2MX1M. COTA RESERVADA.	UNIDADES	47	BELGO	R\$ 292,90	R\$ 13.766,30
77	CHAPA PRETA FQ 14-2X1200 (N). COTA RESERVADA.	UNIDADES	75	BELGO	R\$ 416,90	R\$ 31.267,50
78	CHAVE BOIA AUTOMÁTICA DE NÍVEL PARA BOMBA DE ÁGUA. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	100	VULCAN	R\$ 30,00	R\$ 3.000,00
79	CHAVE DE CORRENTE - CHAVE FUSÍVEL DISTRIBUIÇÃO 15KV - 100A/10KA; PORCELANA CINZA BASE C; TENSÃO NOMINAL (UR) 13,8 KV; TENSÃO NOMINAL MÁXIMA DE OPERAÇÃO 15KV; CORRENTE MÁXIMA DA BASE 300A; COM PORTA FUSÍVEL DE 100A; CAPACIDADE DE INTERRUPÇÃO SIMÉTRICA 7.1KA; CAPACIDADE INTERRUPÇÃO ASSIMÉTRICA 10KA; NBI - ATERRADO ENTRE POLOS 95KV E ENTRE CONTATOS ABERTO 110KV; COM CONECTORES PARALELO ESTANHADO PARA CABO DE 10 A 120MM; CONTATOS EM COBRE ELETROLÍTICOS PRATEADOS E ACABAMENTO DOS CONECTORES EM BRONZE; COM GANCHO PARA ABERTURA EM CARGA; PARTES FERROSA GALVANIZADA A QUENTE; ISOLADOR SUPORTE DE PORCELANA; ACOMPANHADO DE FERRAGEM TIPO L, PARAFUSOS,	UNIDADES	10	VULCAN	R\$ 567,60	R\$ 5.676,00



PREFEITURA
SANTA CRUZ
DO CAPIBARIBE
Vivendo um novo tempo

CENTRAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES

	ARRUELAS E PORCAS PARA CONEXÃO EM CRUZETA. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.					
91	CORRENTE SOLDADA ELO CURTO ZINCADA (GALVANIZADA) 4MM. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	METROS	80	BELGO	R\$ 17,99	R\$ 1.439,20
92	CORRENTE SOLDADA ELO CURTO ZINCADA (GALVANIZADA) 5MM. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	METROS	100	BELGO	R\$ 22,40	R\$ 2.240,00
93	CURVA 90 EM PVC ELETRODUTO 3/4 "PRETA. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	810	PLASTUBO	R\$ 1,29	R\$ 1.044,90
95	CURVA 90° SOLDÁVEL PVC MARROM 32 MM. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	30	PLASTUBO	R\$ 2,19	R\$ 65,70
96	CURVA 90° SOLDÁVEL PVC MARROM 50 MM. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	30	PLASTUBO	R\$ 10,99	R\$ 329,70
98	DISCO DE CORTE FINO 1,6 X 7/8 POL. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	150	MAX	R\$ 4,69	R\$ 703,50
99	ELETRODO COM CABO PARA RELÊ DE NÍVEL. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	100	PLASTUBO	R\$ 34,38	R\$ 3.438,00
100	ELETRODO 6013 3,25 X 350MM (CAIXA COM 5KG) TIPO VONDER. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	CAIXAS	150	PLASTUBO	R\$ 93,35	R\$ 14.002,50
101	ELETRODO PARA SOLDA DE 2.50 X 350MM, EM AÇO CARBONO E-6013 - DE ACORDO COM ABNT - NBR 10614. MARCAS TIPO: ESAB, GERDAU OU EQUIVALENTE - CAIXAS COM 5KG. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	CAIXAS	317	PLASTUBO	R\$ 84,90	R\$ 26.913,30
104	ESPUDE VASO SANITÁRIO, MATERIAL BORRACHA, BITOLA 40 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SEM PARAFUSO. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	780	ATLAS	R\$ 2,69	R\$ 2.098,20
110	FITA ADESIVA IMPERMEÁVEL 30CM X 10M 954. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	155	AMANCO	R\$ 44,00	R\$ 6.820,00
112	FITA VEDA ROSCA, MATERIAL TEFLON, COMPRIMENTO 20 M, LARGURA COM NO MÍNIMO 18 MM. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	345	BELGO	R\$ 2,99	R\$ 1.031,55
113	FITA ZEBRADA - NAS CORES AMARELA E PRETA - 07 CM DE LARGURA E 200 M DE COMPRIMENTO. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	615	BELGO	R\$ 12,11	R\$ 7.447,65
115	GESSO EM PÓ SECAGEM LENTA. SACO COM 40 KG. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	SACOS	249	TREVO	R\$ 18,49	R\$ 4.604,01
116	IMPERMEABILIZANTE 3,6 LITROS, COMPOSIÇÃO BÁSICA POLÍMEROS ACRÍLICOS E ARGAMASSA CIMÉNTICIA, FUNÇÃO PROTEÇÃO E REVESTIMENTO SEMIFLEXÍVEL,	UNIDADES	480	SICA	R\$ 47,99	R\$ 23.035,20

Assinado por 1 pessoa: ANTONIO MARCELO CUMARU PEREIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://santacruzdocapibaribe.1doc.com.br/verificacao/D383-311B-50F2-45ED> e informe o código D383-311B-50F2-45ED



PREFEITURA
SANTA CRUZ
DO CAPIBARIBE
Vivendo um novo tempo

CENTRAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES

	APLICAÇÃO LAJES/CAIXA D'ÁGUA/PISCINAS/MARQUISES, ETC., CONSUMO 3 A 4 KG POR M². EXCLUSIVO PARA ME/EPP.					
117	INTERRUPTOR DUPLO SISTEMA X 10 AMPERES. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	100	PLUZIE	R\$ 10,29	R\$ 1.029,00
118	INTERRUPTOR PARA CHUVEIRO SISTEMA X 20 AMPERES. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	210	PLUZIE	R\$ 20,99	R\$ 4.407,90
119	INTERRUPTOR SIMPLES PARA CHUVEIRO 20 AMPERES. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	350	PLUZIE	R\$ 16,99	R\$ 5.946,50
121	JOELHO 25MM ROSCA 1/2 AZUL SOLDÁVEL. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	460	PLASTUBO	R\$ 2,49	R\$ 1.145,40
128	JOELHO PVC ESGOTO 90° 50MM CLASSE A. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	355	PLASTUBO	R\$ 1,79	R\$ 635,45
129	JOELHO PVC ESGOTO 90° 75MM CLASSE A. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	205	PLASTUBO	R\$ 3,55	R\$ 727,75
130	JOGO DE DOBRADIÇA SIMPLES DE 3X3 1/2 POLEGADA. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	1070	OLIVIO	R\$ 8,89	R\$ 9.512,30
131	LAVATÓRIO MÃOS, MATERIAL LOUÇA, COMPRIMENTO 400MM, LARGURA 500MM, ALTURA 190MM, COM COLUNA NA COR BRANCA. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	100	LUSART	R\$ 139,99	R\$ 13.999,00
142	LUVA DE CORRER 25MM - ÁGUA. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	650	PLASTUBO	R\$ 0,89	R\$ 578,50
143	LUVA DE CORRER PVC INJETADA OCRE COM JUNTA ELÁSTICA PARA COLETOR DE ESGOTO SANITÁRIO DIÂMETRO 200MM, FABRICADA DE ACORDO COM A NBR7362-1 E 10569, FORNECIDA COM OS ANÉIS DE BORRACHA NITRÍLICA OU NEOPRENE CORRESPONDENTES PARA REDES COLETARAS DE ESGOTO. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	300	PLASTUBO	R\$ 80,90	R\$ 24.270,00
144	LUVA DE PVC SOLDÁVEL 100MM. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	380	PLASTUBO	R\$ 3,98	R\$ 1.512,40
145	LUVA DE PVC SOLDÁVEL 150MM. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	180	PLASTUBO	R\$ 18,98	R\$ 3.416,40
146	LUVA DE PVC SOLDÁVEL 200MM. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	180	PLASTUBO	R\$ 35,50	R\$ 6.390,00
149	LUVA DE REDUÇÃO DE 25 PARA 20. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	580	PLASTUBO	R\$ 1,60	R\$ 928,00
151	LUVA HIDRÁULICA DE REDUÇÃO DE 50 PARA 32. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	400	PLASTUBO	R\$ 6,90	R\$ 2.760,00
152	LUVA DE PVC BRANCA ROSCÁVEL DE 32MM. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.		100	PLASTUBO	R\$ 11,80	R\$ 1.180,00
157	LUVA RASPA PETROLEIRA-VWA. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	PARES	1080	PLASTUBO	R\$ 11,99	R\$ 12.949,20
159	MANGUEIRA CONTRA INCÊNDIO 1.1/2. 15 METROS. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	12	CRISTAL	R\$ 215,99	R\$ 2.591,88

Assinado por 1 pessoa: ANTONIO MARCELO CUMARU PEREIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://santacruzdocapibaribe.1doc.com.br/verificacao/D383-311B-50F2-45ED> e informe o código D383-311B-50F2-45ED



PREFEITURA
SANTA CRUZ
DO CAPIBARIBE
Vivendo um novo tempo

CENTRAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES

160	MANGUEIRA CRISTAL 3/4X3.00MM- FABRICADO CPM PVC FLEXÍVEL. ROLO COM 20 METROS. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	10	CRISTAL	R\$ 119,80	R\$ 1.198,00
161	MANGUEIRA CRISTAL DE 1" 1/2. 50M. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	36	CRISTAL	R\$ 147,99	R\$ 5.327,64
162	MANGUEIRA DE NÍVEL 100M. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	12	CRISTAL	R\$ 144,00	R\$ 1.728,00
170	METALON GALVANIZADO 20X20 CHAPA 18. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	METROS	260	BELGO	R\$ 35,40	R\$ 9.204,00
171	METALON GALVANIZADO 20X30 CHAPA 18. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	METROS	420	BELGO	R\$ 71,79	R\$ 30.151,80
173	METALON GALVANIZADO 30X50 CHAPA 14. COTA RESERVADA.	METROS	285	BELGO	R\$ 99,00	R\$ 28.215,00
178	PARAFUSO 3,5X40MM. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	2250	OLIVIO	R\$ 0,18	R\$ 405,00
179	PARAFUSO CABEÇA CHATA ROSCA LIGEIRA COM BUCHA TAMANHO 10MM X 50MM. TIPO: PHILIPS OU SUPERIOR. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	2350	OLIVIO	R\$ 5,40	R\$ 12.690,00
180	PARAFUSO CABEÇA CHATA ROSCA LIGEIRA COM BUCHA TAMANHO 6MM X 35MM. TIPO: PHILIPS OU SUPERIOR. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	2550	OLIVIO	R\$ 1,70	R\$ 4.335,00
181	PARAFUSO CABEÇA CHATA ROSCA LIGEIRA COM BUCHA TAMANHO 8MM X 40MM. TIPO: PHILIPS OU SUPERIOR. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	450	OLIVIO	R\$ 6,40	R\$ 2.880,00
182	PARAFUSO CABEÇA CHATA ROSCA LIGEIRA TAMANHO 10 MM X 50MM. TIPO: PHILIPS OU SUPERIOR. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	1660	OLIVIO	R\$ 1,90	R\$ 3.154,00
183	PARAFUSO CABEÇA CHATA ROSCA LIGEIRA TAMANHO 6 MM X 35MM. TIPO: PHILIPS OU SUPERIOR. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	1660	OLIVIO	R\$ 0,24	R\$ 398,40
184	PARAFUSO CABEÇA CHATA ROSCA LIGEIRA TAMANHO 8 MM X 40MM. TIPO: PHILIPS OU SUPERIOR. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	1260	OLIVIO	R\$ 0,70	R\$ 882,00
185	PARAFUSO DE ARMAÇÃO METAL PARA POSTE COM PORCA 1/2" X 300MM, EM AÇO GALVANIZADO. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	1060	OLIVIO	R\$ 8,99	R\$ 9.529,40
187	PEDESTAL ZEBRADO - PEDESTAL PARA SINALIZAÇÃO E SEGURANÇA, BASE INJETADA EM POLIPROPILENO; TUBO EM PVC, TAMPÁ INJETADA EM MATERIAL ULTRA RESISTENTE COM DOIS GANCHOS OPOSTOS, COR PRETO E AMARELO ,MEDIDA: 90 CM. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	80	ATLAS	R\$ 26,40	R\$ 2.112,00
191	PERFIL LAMBRI ONDULADO 1X3 METROS. MATERIAL EM AÇO CARBONO. COTA RESERVADA.	UNIDADES	157	BELGO	R\$ 114,90	R\$ 18.039,30
193	PINCEL SIMPLES, SINTÉTICO NO MÍNIMO 3" (TRÊS) POLEGADAS PARA A UTILIZAÇÃO EM PAREDES E METAIS, COM CABO CURTO, CERDAS	UNIDADES	10	ATLAS	R\$ 9,00	R\$ 90,00

Assinado por 1 pessoa: ANTONIO MARCELO CUMARU PEREIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://santacruzdocapibaribe.1doc.com.br/verificacao/D383-311B-50F2-45ED>



PREFEITURA
SANTA CRUZ
DO CAPIBARIBE
Vivendo um novo tempo

CENTRAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES

	SINTÉTICAS, PARA A UTILIZAÇÃO DE TÉCNICAS LÁTEX E ACRÍLICA. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.					
196	PLUGUE FÊMEA 2/3P + T10ª. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	1110	PLUZIE	R\$ 3,99	R\$ 4.428,90
197	PLUGUE MACHO 2 PINOS 10A. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	1110	PORTO RICO	R\$ 3,50	R\$ 3.885,00
199	PORTA EM MADEIRA - FORMA DE ABERTURA: DE GIRO / DE ABRIR; FOLHA DA PORTA; FABRICADA EM: MADEIRA RESISTENTE; DIMENSÕES DA FOLHA DO PRODUTO: 80X210; ESPESSURA DA FOLHA: 30-35 MM; PREENCHIMENTO DA FOLHA DE PORTA: SARRAFEADA; ACABAMENTO: PARA PINTAR. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	250	MISTA	R\$ 100,00	R\$ 25.000,00
200	PREGO COM CABEÇA CAIBAR (BITOLA 18X30) 1KG. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	QUILOGRAMAS	105	OLIVIO	R\$ 8,90	R\$ 934,50
201	PREGO COM CABEÇA RIPAR (BITOLA 15X18CM) 1KG. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	QUILOGRAMAS	105	OLIVIO	R\$ 9,20	R\$ 966,00
202	PREGOS COM CABEÇA (BITOLA 17X21). EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	QUILOGRAMAS	90	OLIVIO	R\$ 23,99	R\$ 2.159,10
203	PRENDEDOR DE FIO COM PREGO DE AÇO. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	280	OLIVIO	R\$ 0,32	R\$ 89,60
204	RALO SIFONADO TIPO CÔNICO, COM SAÍDA INFERIOR REDONDA; MATERIAL EM PVC, NA COR BRANCA; SAÍDA INFERIOR (CONEXÃO HIDRÁULICA): DN 40MM; TAMANHO DO RALO: 100MM. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	50	ATLAS	R\$ 4,99	R\$ 249,50
206	REGISTRO DE PRESSÃO, 1416 DE 3/4', COM CANOPLA E VOLANTE EM METAL CROMADO. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	50	ATLAS	R\$ 37,00	R\$ 1.850,00
210	ROLO DE LÃ DE CARNEIRO, COM NO MÍNIMO 23(VINTE E TRÊS) CM, SEM CABO, INDICADO PARA TINTA LÁTEX, ACRÍLICA, PVA, ÓLEO E ESMALTE, NA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS EM SUPERFÍCIES POUCO RUGOSAS E COM TEXTURAS. COM 100% DE LÃ NATURAL DE CARNEIRO TRAMADA EM TECIDO PARA RETER A TINTA DE FORMA EFICAZ GARANTINDO A QUALIDADE DO ACABAMENTO E ECONOMIA DA TINTA. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	5	ATLAS	R\$ 14,89	R\$ 74,45
211	SACOS DE POLIETILENO PARA PRODUÇÃO MUDAS, MEDIDAS 8X15X0,06CM. PACOTE COM 1000 UNIDADES. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	PACOTES	100	TA LIMPO	R\$ 45,85	R\$ 4.585,00

Assinado por 1 pessoa: ANTONIO MARCELO CUMARU PEREIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://santacruzdocapibaribe.1doc.com.br/verificacao/D383-311B-50F2-45ED> e informe o código D383-311B-50F2-45ED



PREFEITURA
SANTA CRUZ
DO CAPIBARIBE
Vivendo um novo tempo

CENTRAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES

212	SELADOR / FUNDO PREPARADOR, COMPOSIÇÃO À BASE DE NITROCELULOSE, FINALIDADE MELHORA RENDIMENTO E QUALIDADE ACABAMENTO VERNIZ, APLICAÇÃO SUPERFÍCIES INTERNAS DA MADEIRA, COR INCOLOR OU BRANCO, RENDIMENTO DE ATÉ 76M². ACABAMENTO ENVERNIZADO APRESENTAÇÃO 3,6 LITROS. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	100	ESTARLUX	R\$ 50,00	R\$ 5.000,00
214	SIFÃO SANFONADO/ EXTENSIVO UNIVERSAL ABS BRANCO. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	250	ATLAS	R\$ 3,99	R\$ 997,50
215	SIFÃO SANFONADO/ EXTENSIVO UNIVERSAL ABS BRANCO/DUPLO. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	30	ATLAS	R\$ 5,99	R\$ 179,70
216	SIFÃO SANFONADO/ EXTENSIVO UNIVERSAL ABS BRANCO/TRIPLO. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	5	ATLAS	R\$ 16,99	R\$ 84,95
217	SOQUETE MAGNÉTICO ENCAIXE 5/16. TIPO VONDER OU SIMILAR. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	70	VONDER	R\$ 11,56	R\$ 809,20
218	TANQUE DE POLIETILENO COM SUPERFÍCIE INTERNA LISA, PROTEÇÃO UV, COM TAMPA ROSCÁVEL DE 1/4 DE VOLTA, DE 1.000 LITROS, NORMA NBR 14799 DA ABNT. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	5	TIMBI	R\$ 549,99	R\$ 2.749,95
219	TARUGO 1/2 GONZO. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	220	OLIVIO	R\$ 6,20	R\$ 1.364,00
220	TARUGO 3/4 GONZO. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	220	OLIVIO	R\$ 6,20	R\$ 1.364,00
221	TARUGO 3/8 GONZO. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	220	OLIVIO	R\$ 4,20	R\$ 924,00
222	TARUGO 5/8 GONZO. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	230	OLIVIO	R\$ 5,79	R\$ 1.331,70
223	TEE DE 25MM COM ROSCA DE 1/2 - ÁGUA. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	450	PLASTUBO	R\$ 3,17	R\$ 1.426,50
224	TEE DE ÁGUA 20MM CLASSE A. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	940	PLASTUBO	R\$ 1,19	R\$ 1.118,60
225	TEE DE ÁGUA 25MM CLASSE A. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	650	PLASTUBO	R\$ 1,50	R\$ 975,00
226	TEE DE ÁGUA 50MM CLASSE A. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	570	PLASTUBO	R\$ 8,40	R\$ 4.788,00
227	TEE DE ÁGUA 50MMX20MM SOLDÁVEL MARROM CLASSE A. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	150	PLASTUBO	R\$ 12,79	R\$ 1.918,50
228	TEE DE ESGOTO 100MM CLASSE A. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	510	PLASTUBO	R\$ 11,90	R\$ 6.069,00
229	TEE DE ESGOTO 40MM CLASSE A. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	600	PLASTUBO	R\$ 5,09	R\$ 3.054,00
230	TEE DE ESGOTO 50MM CLASSE A. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	600	PLASTUBO	R\$ 6,90	R\$ 4.140,00
231	TEE DE ESGOTO 75MM CLASSE A. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	400	PLASTUBO	R\$ 13,39	R\$ 5.356,00
236	TELA MOSQUETEIRA NYLON 1,50 X 50M. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	15	ATLAS	R\$ 389,99	R\$ 5.849,85

Assinado por 1 pessoa: ANTONIO MARCELO CUMARU PEREIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://santacruzdocapibaribe.1doc.com.br/verificacao/D383-311B-50F2-45ED> e informe o código D383-311B-50F2-45ED



PREFEITURA
SANTA CRUZ
DO CAPIBARIBE
Vivendo um novo tempo

CENTRAL DE COMPRAS
E LICITAÇÕES

241	TELHA ONDULADA DE FIBROCIMENTO SEM AMIANTO MEDINDO 1,83M COMPRIMENTO X 1,10M LARGURA X 6MM DE ESPESSURA. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	400	CONFIBRA	R\$ 63,79	R\$ 25.516,00
243	THINNER PAULISTA PARA UTILIZAÇÃO EMPOLIMENTO DE MÓVEIS COM SELADOR, GALÃO COM 5 LITROS. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	GALÃO	315	ANJO	R\$ 89,99	R\$ 28.346,85
252	TOMADA COM INTERRUPTOR SISTEMA X 10 AMPERES. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	80	SOPRANO	R\$ 14,00	R\$ 1.120,00
253	TORNEIRA BALCÃO COZINHA PLÁSTICA MESA 1/2, COM 1/4 DE VOLTA. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	200	ATLAS	R\$ 27,90	R\$ 5.580,00
254	TORNEIRA DE CUBA PARA PIA 1/2 POL. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	100	ATLAS	R\$ 18,80	R\$ 1.880,00
255	TORNEIRA LAVATÓRIO PLÁSTICA MESA 1/2. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	400	ATLAS	R\$ 10,90	R\$ 4.360,00
256	TORNEIRA, MATERIAL CORPO METAL, TIPO AUTOMÁTICA, DIÂMETRO 1/2 POL, ACABAMENTO SUPERFICIAL CROMADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS ACIONAMENTO HIDROMECAÂNICO COM LEVE PRESSÃO MANUAL, APLICAÇÃO LAVATÓRIO E PIA. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	200	ATLAS	R\$ 69,99	R\$ 13.998,00
261	TUBO DE LIGAÇÃO PARA VASO SANITÁRIO, 20CM DE COMPRIMENTO, PARA SER APLICADO EM TODOS OS MODELOS DE VASOS SANITÁRIOS QUE POSSUAM ENTRADA DE ÁGUA NA HORIZONTAL; ACABAMENTO CROMADO BI NÍQUEL DE ALTA DURABILIDADE E MAIOR RESISTÊNCIA À CORROSÃO; BITOLA DE: 1 1/2". EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	200	PLASTUBO	R\$ 53,99	R\$ 10.798,00
264	TUBO EM AÇO CARBONO 1020 COM COSTURA LONGITUDINAL FORMATO REDONDO DIÂMETRO NOMINAL 2 POLEGADAS, ESPESSURA 2,0MM COM 6 METROS DE COMPRIMENTO. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	170	PLASTUBO	R\$ 215,99	R\$ 36.718,30
269	TUBO METALON, FORMATO RETANGULAR, ESPESSURA CHAPA 16/ 1,59 MM, SEÇÃO 50 X 30 MM, APLICAÇÃO ESTRUTURAS METÁLICAS EM GERAL. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	150	PLASTUBO	R\$ 100,90	R\$ 15.135,00
271	TUBO PAT. 2 GALV CHAPA 14 (76,10). COTA RESERVADA.	UNIDADES	91	PLASTUBO	R\$ 226,99	R\$ 20.656,09
273	TUBO PAT. 2 GALV CHAPA 16 (60,30). COTA RESERVADA.	UNIDADES	91	PLASTUBO	R\$ 287,79	R\$ 26.188,89
283	VÁLVULA DE PIA INOX 3 1/2. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	170	PLASTUBO	R\$ 17,50	R\$ 2.975,00
284	VÁLVULA EM PLÁSTICO CROMADO TIPO AMERICANA PARA PIA DE COZINHA 3.1/2" X 1.1/2", SEM	UNIDADES	460	PLASTUBO	R\$ 15,96	R\$ 7.341,60

Assinado por 1 pessoa: ANTONIO MARCELO CUMARU PEREIRA
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://santacruzdocapibaribe.1doc.com.br/verificacao/D383-311B-50F2-45ED> e informe o código D383-311B-50F2-45ED



	ADAPTADOR. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.					
285	VEDA CALHA, TUBO DE NO MÍNIMO 280 GRAMAS, PARA UTILIZAR EM APLICADOR DE SILICONE. COR ALUMÍNIO. PARA SER USADA EM VEDAÇÕES DE CALHAS GALVANIZADAS, ALUMÍNIO, COBRE E PLÁSTICAS, EMENDAS EM BOCAIS, CABECEIRAS E OUTRAS. DEVE VEDAR TRINCAS OU FUROS EM TELHAS DE AMIANTO, CERÂMICA E METÁLICA. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	UNIDADES	274	AMANCO	R\$ 12,45	R\$ 3.411,30
286	VERGALHÃO DE AÇO (1/4) VARA COM 12M DE COMPRIMENTO. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	VARAS	312	BELGO	R\$ 26,49	R\$ 8.264,88
287	VERGALHÃO DE AÇO (3/8) VARA COM 12M DE COMPRIMENTO. EXCLUSIVO PARA ME/EPP.	VARAS	360	BELGO	R\$ 58,00	R\$ 20.880,00
					VALOR TOTAL	R\$ 916.725,98

DOS PRAZOS

CLÁUSULA TERCEIRA - O prazo de vigência do Registro de Preços será de **12 (doze) meses**, contados a partir da data de assinatura da Ata de Registro de Preços Corporativa, observado as disposições contidas no art. 10 do Decreto Municipal nº 55/2021, como nas demais normas legais pertinentes.

SUBCLÁUSULA ÚNICA - O prazo de vigência do(s) Contrato(s) oriundo(s) da Ata de Registro de Preços seguirá(ão) o que dispõe o art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA QUARTA - A Detentora poderá ser convocada para assinar o instrumento de eventual(is) Contrato(s), o que deverá(ão) fazê-lo no prazo máximo de até **05 (cinco) dias consecutivos**, contado a partir da data da convocação oficial, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

CLÁUSULA QUINTA O prazo para entrega do objeto licitado será de até **20 (vinte) dias corridos**, contados da Autorização de Fornecimento ou nota de empenho.

Subcláusula primeira - A Detentora ficará obrigada a trocar o(s) produto(s) que vier(em) a ser rejeitado(s) por não atender(em) à(s) especificação(ões) anexa(s) ao Edital, sem que isto acarrete qualquer ônus à Administração ou importe na relevação das sanções previstas na legislação vigente. O prazo para entrega do(s) novo(s) produto(s) será de até **07 (sete) dias úteis**, contado do recebimento da solicitação de troca.

Subcláusula segunda - O objeto desta Ata de Registro de Preços Corporativa deverá ser entregue pela Detentora, por sua conta, risco e expensas, nas quantidades solicitadas pelo Órgão Gerenciador, no seguinte endereço: Central de Compras e Abastecimentos, Rua Artur da Silva Correia nº 44, Bairro Santo Agostinho, Santa Cruz do Capibaribe - PE, no horário de 07:00h às 13:00h, de segunda à sexta-feira.

GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CORPORATIVA



CLÁUSULA SEXTA - Fica instituída a Secretaria de Serviços Públicos como Órgão Gerenciador, a realização do procedimento licitatório, incluindo toda instrução processual e consolidação de dados para a realização do procedimento licitatório e a prática de todos os atos de controle e administração do Sistema de Registro de Preços Corporativo, conforme dispõe o art. 5º c/c art. 22, §3º, do Decreto Municipal nº 55/2021.

CLÁUSULA SÉTIMA - Quando do gerenciamento da Ata de Registro de Preços Corporativa, o Órgão Gerenciador, nos termos do art. 5º do Decreto Municipal nº 55/2021, deverá:

I - Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados, conforme inciso VII, art. 5 do Decreto Municipal nº 55/2021;

II - Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório, conforme inciso VIII, art. 5 do Decreto Municipal nº. 55/2021;

III - Aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços Corporativa ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, conforme o inciso IX, art. 5º do Decreto Municipal nº 55/2021;

IV - Autorizar, excepcional e justificadamente, a prorrogação do prazo previsto no § 6º do art. 20 do Decreto Municipal nº 55/2021, respeitado o prazo de vigência da ata, quando solicitada pelo órgão não participante.

CLÁUSULA OITAVA - O Órgão Gerenciador promoverá as negociações e todos os procedimentos relativos à revisão e ao cancelamento dos preços registrados, obedecendo as disposições do Capítulo VIII do Decreto Municipal nº 55/2021.

DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CORPORATIVA POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

CLÁUSULA NONA - A presente Ata de Registro de Preços Corporativa, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade pública que não tenha participado do certame licitatório, desde que devidamente justificada a vantagem, e mediante anuência do órgão gerenciador, atendidas as condições previstas no Decreto Municipal nº 55/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA - O Órgão Não Participante, a que se refere o art. 20 do Decreto Municipal nº 55/2021, somente poderá fazer uso da Ata de Registro de Preços Corporativa, após a anuência do Órgão Gerenciador da Ata.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Quando da formalização do pedido para fazer uso da Ata de Registro de Preços Corporativa, o Órgão Não Participante deverá informar os itens e quantidades a serem adquiridos, enviando documento assinado por autoridade competente do órgão ou entidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços Corporativa, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o Órgão Gerenciador e Órgão(s) participante(s), nos de acordo com o disciplinado no § 2º do art. 20 do Decreto Municipal nº 55/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- As aquisições ou contratações por cada Órgão ou Entidade não Participante:



PREFEITURA
SANTA CRUZ

CENTRAL DE COMPRAS

Subcláusula primeira - As aquisições ou contratações por cada Órgão ou Unidade Participante e não vinculada a Administração Pública do Município de Santa Cruz do Capibaribe não poderão exceder a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o Órgão Gerenciador e Órgão(s) Participante(s), em consonância com o disposto no §4º do art. 20 do Decreto Municipal nº 55/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O quantitativo decorrente de todas as adesões a Ata de Registro de Preços Corporativa não excederá, na totalidade, ao quintuplo do quantitativo de cada item registrado, para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de Órgãos Não Participantes que aderirem, nos termos do § 5º do art. 20 do Decreto Municipal nº 55/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Após a autorização do Órgão Gerenciador, o Órgão Não Participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços Corporativa, de acordo com o § 6º do art. 20 do Decreto Municipal nº 55/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - Compete ao Órgão Não Participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador, conforme estabelecido no § 7º do art. 20 do Decreto Municipal nº 55/2021.

DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CORPORATIVA

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - A Gestão da Ata de Registro de Preços Corporativa ficará sob a responsabilidade da Secretaria de Serviços Públicos, através de seu Secretário, Antônio Marcelo Cumaru Pereira, portador do CPF: 023.270.204-76, Portaria nº 281/2023.

Subcláusula primeira - A Gestão dos Contratos provenientes da Ata de Registro de Preços Corporativa ficará sob a responsabilidade do ordenador de despesas da unidade contratante.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - A fiscalização da execução da Ata de Registro de Preços e dos contratos que dela originarem dar-se-ão de forma setorial pelo fato do objeto ser executado de forma descentralizada, em setores distintos da Administração Pública Municipal:

Subcláusula Primeira - Os fiscais setoriais designados serão:

- a) **Secretaria de Serviços Público** - Sr. Lívio Ferreira de Lima Silva, portador do CPF: [REDACTED]
Gestor Administrativo - Portaria nº 331/2023;
- b) **Secretaria de Governo e Desenvolvimento Social** - Sr. Ailton Ferreira Silva, portador do CPF: [REDACTED]
Auxiliar de Apoio a Gestão - Matrícula nº 709602;
- c) **Secretaria de Saúde** - Sr. Genival Alexsandro de Lemos Santiago, portador do CPF: [REDACTED]
Secretário Executivo de Administração em Saúde - Portaria nº 190/2023;
- d) **Secretaria de Educação** - Sr. José Alan Alison Godoy Cabral, portador do CPF: [REDACTED] Artífice;



Subcláusula Segunda - O fiscal do(s) contrato(s) será(ão) designado(s) pelo(s) contratante(s), onde será(ão) mencionados(s) no(s) referido(s) contrato(s), ou instrumento(s) equivalente(s).

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Não obstante a empresa Detentora ser a única e exclusiva responsável por toda execução contratual, ao Órgão Gerenciador é reservado o direito de, sem qualquer forma de restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - Caberá ao(s) fiscal(is) da Ata de Registro de Preços Corporativa e do(s) eventual(is) Contrato(s) que dela originar(em):

- a) Responsabilizar-se pela vigilância e garantia da regularidade e adequação do fornecimento;
- b) Conhecer plenamente os termos registrados sob sua fiscalização, principalmente suas cláusulas, assim como as condições constantes do edital e seus anexos, com vistas a identificar as obrigações *in concreto* tanto do Órgão Gerenciador quanto da Detentora;
- c) Conhecer e reunir-se com o preposto da Detentora com a finalidade de definir e estabelecer as estratégias da execução do objeto, bem como traçar metas de controle, fiscalização e acompanhamento do fornecimento;
- d) Exigir da Detentora o fiel cumprimento de todas as condições registradas assumidas, constantes das cláusulas e demais condições do edital e respectivos anexos;
- e) Comunicar à Administração a necessidade de alterações do quantitativo do objeto ou modificação da forma de sua execução, em razão do fato superveniente ou de outro qualquer, que possa comprometer a aderência do registro e seu efetivo resultado;
- f) Recusar o fornecimento irregular, não aceitando produto diverso daquele que se encontra especificado no Termo de Referência, Anexo V do Edital, desta Ata de Registro de Preços, assim como observar, para o seu correto recebimento;
- g) Comunicar por escrito qualquer falta cometida pela Detentora;
- h) Comunicar formalmente ao Gestor da Ata de Registro de Preços Corporativa as irregularidades cometidas passíveis de penalidade, após os contatos prévios com a Detentora;
- i) Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da Ata de Registro de Preços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - Caberá ao Gestor da Ata de Registro de Preços Corporativa e dos Contratos que dela originarem:

- a) Autorizar a abertura de processo administrativo visando à aplicação das penalidades cabíveis, garantindo a defesa prévia à Detentora/Contratada;
- b) Emitir avaliação da qualidade do fornecimento;
- c) Acompanhar e observar o cumprimento das cláusulas registradas nesta Ata de Registro de Preços Corporativa/Contratuais;
- d) Analisar os relatórios e documentos enviados pelo fiscal da Ata de Registro de Preços Corporativa;



- e) Propor aplicação de sanções administrativas pelo descumprimento das cláusulas registradas/contratuais apontadas pelo fiscal;
- f) Providenciar o pagamento das faturas emitidas pela Detentora/Contratada, mediante a observância das exigências registradas/contratuais e legais;
- g) Manter controle atualizado dos pagamentos efetuados, observando para que o valor da Ata de Registro de Preços e Contratos não seja ultrapassado;
- h) Orientar o fiscal da Ata de Registro de Preços/Contrato para a adequada observância das cláusulas registradas/contratuais.

RECEBIMENTO DO OBJETO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - O objeto desta Ata de Registro de Preços deverá ser recebido:

Subcláusula primeira - Provisoriamente, pelo fiscal para efeito de posterior verificação de conformidade do produto com as especificações constante no Termo de Referência;

Subcláusula segunda - Definitivamente, pelo fiscal após a conferência, verificação das especificações, qualidade, quantidade e da conformidade do produto entregue, de acordo com a proposta apresentada.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - O recebimento definitivo não exclui as responsabilidades: administrativa, civil e penal da Detentora.

Subcláusula única - O produto deve ser entregue em perfeito estado e com plena condição de uso.

DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - Além das obrigações legais, regulamentares e as demais constantes do instrumento contratual e demais documentos, obriga-se, a licitante adjudicatária a:

- a) A responsabilidade por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e civis, decorrentes da execução do objeto, nos termos do art. 71 da Lei 8.666/93.
- b) Nos termos do art. 70 da Lei 8.666/93, a Detentora/Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do objeto.
- c) Fornecer o(s) produto(s) de acordo com as especificações e quantitativos constantes no Termo de Referência.
- d) Responsabilizar-se pelos ônus resultantes de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos, ocorridos por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se, outrossim, por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais movidas por terceiros, que lhe venham a ser exigidas por força da Lei, ligadas ao cumprimento da Ata de Registro de Preços Corporativa e eventuais contratos.



- e) Responsabilizar-se pelo transporte dos produtos de seu estabelecimento para o local determinado pela solicitante, em perfeita conservação, bem como pelo seu descarregamento
- f) Manter, durante todo período de execução do objeto, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- g) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto deste, se verificados vícios, defeitos ou incorreções.
- h) Prestar as informações e os esclarecimentos solicitados pelo Órgão Gerenciador/Contratante.
- i) Responsabilizar-se pelo custeio toda e qualquer despesa inerente à perfeita execução da Ata de Registro de Preços Corporativa.
- j) Indicar preposto que se responderá perante o Órgão Gerenciador.
- k) Atender prontamente às requisições do Órgão Gerenciador/Contratante no fornecimento do objeto na quantidade e especificações exigidas.
- l) Acatar e facilitar a ação da fiscalização do Contratante, cumprindo as exigências do mesmo.
- m) Indicar pessoa responsável pelo acompanhamento do fornecimento com poderes para dirimir eventuais dúvidas, solucionar questões não previstas no contrato e apresentar soluções práticas para quaisquer problemas envolvendo os produtos contidos neste Termo de Referência.
- n) Não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere a licitação.

DAS OBRIGAÇÕES ÓRGÃO GERENCIADOR

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - Caberá ao Órgão Gerenciador as seguintes obrigações:

- a) Efetuar o pedido em conformidade com a discriminação constante no Termo de Referência, por meio de Autorização de Fornecimento (AF) ou nota de empenho.
- b) Proporcionar todas as facilidades necessárias ao bom andamento do fornecimento desejado.
- c) Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Órgão Gerenciador com relação ao objeto do Registro de Preços Corporativo.
- d) Efetuar os pagamentos nas condições e preços pactuados.
- e) Acompanhar a execução desta Ata de Registro de Preços Corporativa.
- f) Comunicar à Detentora as irregularidades observadas na entrega do(s) produto(s), formulando as exigências necessárias às respectivas regularizações.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - O Município de Santa Cruz do Capibaribe efetuará o pagamento das notas fiscais referentes ao fornecimento objeto desta Ata de Registro de Preços em até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar da data de entrada das mesmas no protocolo de tesouraria, devendo ser apresentadas devidamente atestadas e corretamente preenchidas, sem rasuras.



Subcláusula primeira - O Município verificará as hipóteses de retenção na fonte de impostos tributários. Os tributos relativos ao faturamento serão descontados da Detentora no momento da liquidação da despesa e recolhidos diretamente ao poder público competente.

Subcláusula segunda - O Município deduzirá do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela Detentora.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - Fica assegurado o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - Ocorrendo atraso no pagamento, desde que para tanto a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE ou outro que venha a lhe substituir.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA- Ocorrendo o atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pelo Órgão Gerenciador decorrentes de fornecimento já recebidos, salvo em caso previsto em lei, fica assegurado à Detentora o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação.

DO REAJUSTE DE PREÇOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - De acordo com os art. 2º, § 1º, e art. 3º, § 1º, da Lei 10.192/01, no prazo inferior a 12 (doze) meses, contados a partir da data da apresentação das propostas, os valores não poderão ser reajustados, assegurados à manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, na forma da alínea “d”, inciso II do art. 65 Lei 8666/93, c/c art. 18 do Decreto Municipal nº 55/2021.

Subcláusula Primeira - Na hipótese da possibilidade de reajuste de preços, o índice para reajuste a ser utilizado será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do IBGE ou outro que venha a lhe substituir.

Subcláusula Segunda - A concessão do reajuste fica condicionada à apresentação de requerimento pela detentora/contratada, isentando a Administração de concedê-lo de ofício.

DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS CORPORATIVA

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - A Ata de Registro de Preços Corporativa poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93 e posteriores alterações, conforme o § 1º do Art. 10 do Decreto Municipal nº 55/2021.

Subcláusula Única - Na hipótese de supressão unilateral, não se aplica o disposto no art. 65, § 1º, II, da mencionada lei, que dispõe sobre o limite de 25%, podendo haver supressões de até 100%, conforme faculdade conferida a administração constante no art. 14 do Decreto Municipal nº 55/2021.

DA REVISÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores, observadas as disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93, conforme disciplinado no art. 15 do Decreto Municipal nº 55/2021.



CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - Quando o preço registrado tornar-se inferior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado, de acordo com o estabelecido no art.16 do Decreto Municipal nº 55/2021.

Subcláusula Primeira - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, conforme consta no §1º do art.16 do Decreto Municipal nº 55/2021.

Subcláusula Segunda - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original das ofertas, em conformidade com o disposto no §2º do art.16 do Decreto Municipal nº 55/2021.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados por motivo superveniente, o órgão gerenciador poderá: (Art. 17 do Decreto Municipal nº 55/2021).

Subcláusula Primeira - Realizar o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do registro de preços, na ocorrência de fato superveniente que implique a inviabilidade de sua execução, na forma do disposto no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

Subcláusula Segunda - Em caso de não êxito do restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do registro de preços, liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento ou ordem de serviços, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

Subcláusula Terceira - É facultado à administração, em caso de não êxito do restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro inicial do registro de preços, e após liberar o fornecedor do compromisso assumido, convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - Não havendo êxito, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de preços, mediante publicação na imprensa oficial, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa, nos termos do parágrafo único do art. 17 do Decreto Municipal nº 55/2021.

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - O fornecedor terá o seu registro cancelado quando: (Art. 19 do Decreto Municipal nº 55/2021):

- I - Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços Corporativa;
- II - Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- III - Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticado no mercado;
- IV - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002; ou



PREFEITURA
SANTA CRUZ

CENTRAL DE COMPRAS

V - Tiver presentes razões de interesse público, desde que devidamente motivada, nos termos do art. 78, inciso XII, da Lei 8.666, de 1993.

Subcláusula primeira -O cancelamento de registro de preços nas hipóteses previstas nos incisos I, II, IV e V deve ser formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Subcláusula segunda -A comunicação do cancelamento de registros nas hipóteses previstas na subcláusula primeira deve ser feita por publicação na imprensa oficial, assegurado o prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis.

Subcláusula terceira- O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, desde que comprovada de maneira inequívoca, principalmente por meio de provas documentais, qualquer uma das hipóteses previstas no art. 65, inciso II, alínea d, e § 5º, da Lei nº 8.666, de 1993.

Subcláusula quarta- A comunicação do cancelamento do registro de preço, no caso previsto na subcláusula terceira, deverá ser realizada por correspondência com aviso de recebimento ou protocolo, juntando-se comprovante nos autos do registro de preços.

DAS PENALIDADES E SANÇÕES

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - O cometimento de irregularidades sujeitará o particular à aplicação de sanções administrativas, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas atualizações.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - O particular ficará sujeito, assegurado o contraditório e a ampla defesa, às sanções previstas no art. 7º da Lei nº 10.520/2002, e ao pagamento de multa nos seguintes termos:

I - Advertência;

II - Multa, nos seguintes termos:

- a) Pelo atraso no fornecimento, em relação ao prazo estipulado: 1% (um por cento) do valor do produto não entregue, por dia decorrido, até o limite de 10% (dez por cento) do valor do produto;
- b) Pela recusa em efetuar o fornecimento, caracterizada em dez dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do produto;
- c) Pela demora em substituir o produto rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor do produto recusado, por dia decorrido;
- d) Pela recusa da Detentora/Contratada em substituir o produto rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição do produto não efetivada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do produto rejeitado;
- e) Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada neste e não abrangida nos incisos anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.

Subcláusula primeira - Impedimento de licitar e contratar com o Poder Executivo do Município e descredenciamento dos sistemas cadastrais de fornecedores do Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;



Subcláusula segunda - As multas estabelecidas acima podem ser aplicadas cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor contratado, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

Subcláusula terceira - Poder-se-á descontar dos pagamentos porventura devidos à Contratada as importâncias alusivas a multas, ou efetuar sua cobrança mediante inscrição em Dívida Ativa do Município, ou por qualquer outra forma prevista em lei.

Subcláusula quarta - A autoridade municipal competente, em caso de inadimplemento da Detentora/Contratada, deverá cancelar a nota de empenho, sem prejuízo das penalidades relacionadas nos subitens anteriores.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - Ficarão sujeitos a penalidade prevista no Art. 7º da Lei Federal 10.520/2002, sem prejuízo das multas previstas e nas demais cominações legais, o Detentor que agir em conformidade com as hipóteses a seguir:

- I - Não assinar o contrato;
- II - Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa em lugar de documentação legítima exigida para o certame;
- III - Ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- IV - Não manter a proposta;
- V - Falhar ou fraudar na execução da Ata de Registro de Preços Corporativa;
- VI - Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - Pelos motivos que se seguem, principalmente, a Detentora estará sujeita às penalidades:

- I - Pelo descumprimento do prazo do fornecimento;
- II - Pela recusa em atender alguma solicitação para correção do fornecimento; e
- III - Pela não execução do fornecimento de acordo com as especificações e prazos estipulados no Edital e seus anexos.

Subcláusula primeira - Além das penalidades citadas, a Detentora ficará sujeita, ainda, no que couber, às demais penalidades referidas no Capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações.

Subcláusula segunda - As previsões acima descritas não excluem a possibilidade de sanções previstas na Lei nº 12.846/2013 entre outras, conforme o caso.

DA VINCULAÇÃO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - As especificações técnicas, obrigações e penalidades constantes no Edital e Termo de Referência do Pregão Eletrônico supramencionado integram esta Ata de Registro de Preços Corporativa, independente de transcrição.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - As questões decorrentes da utilização da presente ata, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no foro da Comarca de Santa Cruz do Capibaribe/PE, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias.

Santa Cruz do Capibaribe, 31 de janeiro de 2024.

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE
SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS
Antônio Marcelo Cumarú Pereira
Órgão Gerenciador



PRYME COMERCIO & SERVIÇOS LTDA
Izabel Carmelita Soares Vicente de Oliveira da Costa
Empresa Adjudicada



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: D383-311B-50F2-45ED

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ANTONIO MARCELO CUMARU PEREIRA (CPF 023.XXX.XXX-76) em 08/02/2024 11:29:26

(GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://santacruzdocapibaribe.1doc.com.br/verificacao/D383-311B-50F2-45ED>